

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	11
DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	12

Demonstração do Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	14
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	61
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	86.371
Preferenciais	0
Total	86.371
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Extraordinária	24/03/2017	Juros sobre Capital Próprio	11/04/2017	Ordinária		1,37286

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	48.351.787	46.321.128
1.01	Ativo Circulante	18.454.224	20.985.048
1.01.01	Disponibilidades	157.654	184.575
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8.754.534	9.465.283
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	8.601.049	9.314.933
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	153.485	150.350
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	3.255.107	4.050.575
1.01.03.01	Carteira Própria	2.413.384	2.907.381
1.01.03.02	Vinculados a Compromisso de Recompra	841.723	855.690
1.01.03.04	Vinculados à Prestação de Garantias	0	287.504
1.01.04	Relações Interfinanceiras	382.181	221.155
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	53.194	1.190
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central	327.725	218.335
1.01.04.04	Repasses Interfinanceiros	0	784
1.01.04.05	Correspondentes	1.262	846
1.01.06	Operações de Crédito	4.187.074	4.774.641
1.01.06.02	Setor Público	219.448	238.571
1.01.06.03	Setor Privado	4.699.524	5.084.099
1.01.06.04	(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	-731.898	-548.029
1.01.08	Outros Créditos	1.693.343	2.257.019
1.01.08.02	Carteira de Câmbio	607.992	612.278
1.01.08.03	Rendas a Receber	17.086	13.921
1.01.08.04	Negociação e Intermediação de Valores	12	12
1.01.08.05	Diversos	1.264.735	1.826.346
1.01.08.06	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-196.482	-195.538
1.01.09	Outros Valores e Bens	24.331	31.800
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	14.504	14.442
1.01.09.02	(Provisões para Desvalorizações)	-624	-613
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	10.451	17.971
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	29.684.196	25.121.511
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	21.114.086	16.798.301
1.02.02.01	Carteira Própria	20.447.304	16.322.718
1.02.02.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	2.890	44.099
1.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	370.134	403.488
1.02.02.04	Vinculados à Prestação de Garantias	293.758	27.996
1.02.03	Relações Interfinanceiras	55.837	66.075
1.02.03.01	Tesouro Nacional Recursos de Crédito Rural	0	6
1.02.03.02	SFH - Sistema Financeiro da Habitação	55.837	66.069
1.02.05	Operações de Crédito	6.275.449	6.363.766
1.02.05.02	Setor Público	1.103.554	1.141.948
1.02.05.03	Setor Privado	5.741.820	5.909.339
1.02.05.04	(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	-569.925	-687.521
1.02.07	Outros Créditos	2.238.824	1.893.369
1.02.07.03	Diversos	2.267.746	1.922.193

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1.02.07.04	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-28.922	-28.824
1.03	Ativo Permanente	213.367	214.569
1.03.01	Investimentos	1.912	1.909
1.03.01.04	Outros Investimentos	7.215	7.212
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-5.303	-5.303
1.03.02	Imobilizado de Uso	191.552	192.757
1.03.02.01	Imóveis de Uso	169.589	170.087
1.03.02.02	Reavaliações de Imóveis de Uso	107.132	107.628
1.03.02.03	Outras Imobilizações de Uso	287.269	273.752
1.03.02.04	(Depreciações Acumuladas)	-372.438	-358.710
1.03.04	Intangível	19.903	19.903
1.03.04.01	Ativos Intangíveis	19.903	19.903

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	48.351.787	46.321.128
2.01	Passivo Circulante	17.611.706	16.536.899
2.01.01	Depósitos	5.281.403	5.949.100
2.01.01.01	Depósitos a Vista	230.174	345.990
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	1.955.298	2.113.346
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	1.210.047	1.111.078
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	1.885.884	2.378.686
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	915.258	966.859
2.01.02.01	Carteira Própria	841.066	896.579
2.01.02.02	Carteira de Terceiros	74.192	70.280
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	324.087	310.611
2.01.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	304.648	302.735
2.01.03.02	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	19.439	7.876
2.01.04	Relações Interfinanceiras	39.539	593
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	39.539	593
2.01.05	Relações Interdependências	5.913	7.181
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	5.849	7.170
2.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	64	11
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	595.906	637.742
2.01.06.02	Empréstimos no Exterior	595.906	637.742
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	156.779	150.737
2.01.07.01	Tesouro Nacional	456	253
2.01.07.02	BNDES	131.392	125.251
2.01.07.03	FINAME	24.931	25.233
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	138.416	141.564
2.01.09	Outras Obrigações	10.154.405	8.372.512
2.01.09.02	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	17.052	2.547
2.01.09.03	Carteiro de Câmbio	32.717	4.022
2.01.09.04	Sociais e Estatutárias	164.522	164.522
2.01.09.05	Fiscais e Previdenciárias	269.307	618.741
2.01.09.06	Negociação e Intermediação de Valores	153	153
2.01.09.07	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	7.086.246	4.439.550
2.01.09.09	Diversas	2.584.408	3.142.977
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	27.309.288	26.421.734
2.02.01	Depósitos	5.509.995	4.658.220
2.02.01.02	Depósitos Interfinanceiros	81.175	87.767
2.02.01.03	Depósitos a Prazo	5.428.820	4.570.453
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	2.858	2.778
2.02.02.01	Carteira Própria	2.858	2.778
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	966.272	988.259
2.02.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similiares	1.974	0
2.02.03.02	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	964.298	988.259
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	1.491.960	1.518.511
2.02.07.01	Tesouro Nacional	0	198

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.02.07.02	BNDES	1.406.642	1.427.340
2.02.07.03	FINAME	85.318	90.973
2.02.08	Obrigações por Repasse do Exterior	584.095	622.712
2.02.09	Outras Obrigações	18.754.108	18.631.254
2.02.09.02	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	12.433.958	13.198.250
2.02.09.04	Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	2.068.301	2.012.874
2.02.09.05	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	1.000.000	1.000.000
2.02.09.06	Diversas	3.251.849	2.420.130
2.05	Patrimônio Líquido	3.430.793	3.362.495
2.05.01	Capital Social Realizado	2.844.000	2.844.000
2.05.03	Reservas de Reavaliação	13.359	14.491
2.05.03.01	Ativos Próprios	13.359	14.491
2.05.04	Reservas de Lucro	1.157.951	1.157.951
2.05.04.01	Legal	237.329	237.329
2.05.04.02	Estatutária	920.622	920.622
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-571.194	-653.947
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	-571.194	-653.947
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	-13.323	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	1.377.332	1.288.496
3.01.01	Operações de Crédito	479.446	516.420
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	915.548	843.677
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-33.355	-130.693
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	22.559	41.261
3.01.05	Resultado das Aplicações Compulsórias	-6.866	17.831
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-1.122.062	-964.310
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-319.305	-363.301
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-583.808	-429.576
3.02.03	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-218.949	-171.433
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	255.270	324.186
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-248.162	-94.663
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	584.422	532.106
3.04.02	Despesas de Pessoal	-455.911	-426.027
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-297.242	-260.835
3.04.04	Despesas Tributárias	-75.095	-71.645
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	489.242	675.385
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-493.578	-543.647
3.05	Resultado Operacional	7.108	229.523
3.06	Resultado Não Operacional	-1.846	376
3.06.01	Receitas	818	829
3.06.02	Despesas	-2.664	-453
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	5.262	229.899
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-13.991	-103.469
3.09	IR Diferido	-9.031	-45.121
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	0	-3.501
3.10.01	Participações	0	-3.501
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	-17.760	77.808
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,20562	0,90086

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	-17.760	77.808
4.02	Outros Resultados Abrangentes	83.884	67.922
4.02.01	Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponível para Venda	138.399	113.588
4.02.02	Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação de Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	-54.889	-45.688
4.02.03	Realização da Reserva de Reavaliação	1.991	969
4.02.04	Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	-859	-436
4.02.05	Ganhos ou Perdas Atuariais	-758	-511
4.03	Resultado Abrangente do Período	66.124	145.730

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-735.667	-2.388.836
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	602.832	533.757
6.01.01.01	Lucro Líquido/Prejuízo do Período	-17.760	77.808
6.01.01.02	Despesa de Depreciação e Amortização	10.170	10.801
6.01.01.03	Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	11	-2
6.01.01.04	Provisão Líquida para Créditos de Liquidação Duvidosa	215.702	188.502
6.01.01.05	Provisão Líquida para Outros de Liquidação Duvidosa	3.247	-17.069
6.01.01.06	Provisão Líquida para Garantias Financeiras Prestadas (Riscos do FNE)	288.196	192.626
6.01.01.07	Provisão Líquida para Garantias Financeiras Prestadas (Riscos do FDNE)	525	12
6.01.01.08	Provisão Líquida para Contingências	10.510	17.698
6.01.01.09	Provisão Líquida Benefícios Pós Emprego	49.930	47.026
6.01.01.10	Provisão Líquida para Outras Contingências	45.775	11.297
6.01.01.11	Reversão de Provisão de juros sobre Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital	-216	-2.976
6.01.01.12	Atualização Monetária de Depósitos Judiciais	13.881	0
6.01.01.13	Ativo Fiscal Diferido	-9.031	-45.121
6.01.01.14	Reversão de Provisão para Perdas em Crédito Vinculados ao SFH	-11.414	14.624
6.01.01.15	Reversão de Reserva de Reavaliação	3.306	0
6.01.01.16	Provisão Instrumento de Dívida Elegível a Capital	0	38.531
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.338.499	-2.922.593
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-7.048	71
6.01.02.02	Relações Internfinanceira e Interdependência	-101.694	-43.482
6.01.02.03	Operações de Crédito	460.181	332.657
6.01.02.04	Outros Créditos	224.004	566.771
6.01.02.05	Outros Valores e Bens	7.539	-4.116
6.01.02.06	Depósitos	170.197	-398.239
6.01.02.07	Captação no Mercado Aberto	-51.521	103.591
6.01.02.08	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-8.510	-82.417
6.01.02.09	Obrigações por Empréstimos e Repasses	-104.111	-273.042
6.01.02.10	Intrumentos Financeiros Derivativos	33.355	130.693
6.01.02.11	Outras Obrigações	1.585.446	1.185.583
6.01.02.13	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-76.176	-121.433
6.01.02.14	Títulos e Valores Mobiliários Disponível para Venda	-3.470.161	-4.319.230
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-9.051	-12.505
6.02.01	Inversões em Investimentos	-3	-32
6.02.02	Inversões em Imobilizado de Uso	-14.255	-15.246
6.02.03	Inversões em Intangível	0	-385
6.02.04	Inversões em Bens Não de Uso Próprio	-96	-26
6.02.05	Alienação(Baixa) de imobilizado de Uso	5.289	3.145
6.02.06	Alienação de Bens de Uso Próprio	14	39
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	-393.394
6.03.01	Dividendos e Bonificações Juros sobre o Capital Próprio Pagos	0	-4
6.03.03	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	0	-393.390

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-744.718	-2.794.735
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	9.429.229	12.587.311
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8.684.511	9.792.576

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	2.844.000	0	14.490	1.157.951	0	-653.946	3.362.495
5.03	Saldo Ajustado	2.844.000	0	14.490	1.157.951	0	-653.946	3.362.495
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	-17.760	0	-17.760
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-1.131	0	4.437	82.752	86.058
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	83.510	83.510
5.07.04	Realização da Reserva	0	0	-1.131	0	4.437	0	3.306
5.07.05	Ganhos e Perdas Atuariais	0	0	0	0	0	-758	-758
5.13	Saldo Final	2.844.000	0	13.359	1.157.951	-13.323	-571.194	3.430.793

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	2.844.000	0	16.621	598.429	0	-615.864	2.843.186
5.03	Saldo Ajustado	2.844.000	0	16.621	598.429	0	-615.864	2.843.186
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	77.808	0	77.808
5.05	Destinações	0	0	0	7.534	-26.147	0	-18.613
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	7.534	-26.147	0	-18.613
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-533	0	533	67.389	67.389
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	67.900	67.900
5.07.05	Realização da Reserva	0	0	-533	0	533	0	0
5.07.06	Ganhos e Perdas Atuariais	0	0	0	0	0	-511	-511
5.13	Saldo Final	2.844.000	0	16.088	605.963	52.194	-548.475	2.969.770

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
7.01	Receitas	1.736.622	1.781.283
7.01.01	Intermediação Financeira	1.377.332	1.288.496
7.01.02	Prestação de Serviços	584.422	532.106
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-218.949	-171.433
7.01.04	Outras	-6.183	132.114
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-903.113	-792.877
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-277.458	-240.682
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-22.808	-20.973
7.03.02	Serviços de Terceiros	-134.986	-123.031
7.03.04	Outros	-119.664	-96.678
7.03.04.01	Processamento de Dados e Telecomunicações	-72.985	-55.739
7.03.04.02	Propaganda, Promoções e Publicações	-5.279	-3.539
7.03.04.03	Transportes	-6.966	-6.557
7.03.04.04	Segurança	-15.885	-13.508
7.03.04.05	Viagens	-3.080	-2.944
7.03.04.06	Outras	-15.469	-14.391
7.04	Valor Adicionado Bruto	556.051	747.724
7.05	Retenções	-10.171	-10.801
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-10.171	-10.801
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	545.880	736.923
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	545.880	736.923
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	545.880	736.923
7.09.01	Pessoal	391.410	370.300
7.09.01.01	Remuneração Direta	273.289	258.109
7.09.01.02	Benefícios	97.159	92.720
7.09.01.03	F.G.T.S.	20.962	19.471
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	162.617	279.463
7.09.02.01	Federais	155.244	272.828
7.09.02.02	Estaduais	13	2
7.09.02.03	Municipais	7.360	6.633
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	9.613	9.352
7.09.03.01	Aluguéis	9.613	9.352
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	-17.760	77.808
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	26.147
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-17.760	51.661

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO OPERACIONAL

O BNB contratou o valor de R\$ 4,2 bilhões no primeiro trimestre de 2017, envolvendo 1.107.442 operações de empréstimos e financiamentos de operações de crédito, apresentando decréscimo de 5,2% na quantidade de operações e de 0,9% no valor contratado em relação ao primeiro trimestre de 2016.

Os recursos envolvidos em operações de crédito de longo prazo foram, em sua maioria, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). No primeiro trimestre de 2017 foi contratado o montante de R\$ 2,1 bilhões com recursos do Fundo, tendo sido realizadas 135.293 operações, o que representa acréscimo de 13,9% no valor contratado e de 6,1% na quantidade de operações em relação ao mesmo período de 2016.

Por meio de seu programa de microcrédito produtivo orientado urbano, o Crediamigo, o BNB desembolsou R\$ 1,8 bilhão, contratando 906.687 operações no primeiro trimestre de 2017 em apoio aos microempreendedores de toda a sua área de atuação. Comparando-se com o primeiro trimestre de 2016, o BNB apresentou reduções de 4,1% e 6,3%, respectivamente, no valor contratado e na quantidade de operações.

Já no que se refere ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf, o BNB contratou 127.020 operações de financiamento envolvendo recursos da ordem de R\$ 606,2 milhões no primeiro trimestre de 2017, o que representa acréscimos de 3,1% no valor contratado e 5,3% na quantidade de operações.

Dentro do Pronaf, o BNB opera o Agroamigo, programa de microcrédito produtivo e orientado para a área rural. Nesta modalidade foi contratado o valor de R\$ 499,7 milhões no primeiro trimestre de 2017, com 122.202 operações realizadas com agricultores familiares, representando crescimento de 5,6% no valor contratado e de 5,2% na quantidade de operações relativamente a igual período de 2016.

No cômputo global do programa de microcrédito produtivo orientado do BNB, envolvendo o Crediamigo, para a área urbana, e o Agroamigo, para a área rural, foi desembolsado o montante de R\$ 2,3 bilhões no primeiro trimestre de 2017, contratando 1.028.889 operações em apoio aos microempreendedores das zonas urbana e rural de toda a sua área de atuação.

No tocante ao apoio às micro e pequenas empresas, o BNB contratou o montante de R\$ 527,9 milhões ao longo do primeiro trimestre de 2017, em 12.861 operações, apresentando incremento de 12,0% no valor contratado e de 4,5% na quantidade de operações.

Quanto ao resultado financeiro do BNB, houve prejuízo de 17,8 milhões no primeiro trimestre de 2017, sendo que o mesmo período do ano anterior houve lucro de R\$ 77,8 milhões.

INSTRUÇÃO CVM Nº 381, DE 14/01/2003

Em referência à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 381/03, de 14.01.2003, o Banco do Nordeste informa que a Ernst & Young Auditores Independentes S/S, contratada como Auditoria Externa, não prestou, no primeiro trimestre de 2017, quaisquer serviços que não fossem de auditoria externa.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Trimestres findos em 31 de Março de 2017 e de 2016

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Índice das Notas Explicativas

Nota 1- O Banco e suas Características	Nota 17- Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital
Nota 2- Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	Nota 18- Dívidas Subordinadas
Nota 3- Resumo das Principais Práticas Contábeis	Nota 19- Patrimônio Líquido
Nota 4- Informações por Segmento	Nota 20- Outras Receitas/Despesas Operacionais
Nota 5 - Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 21- Impostos e Contribuições
Nota 6- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Nota 22- Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias
Nota 7- Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	Nota 23- Remuneração Paga a Funcionários e Administradores
Nota 8- Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados	Nota 24- Benefícios Pós-Emprego
Nota 9- Carteira de Crédito e Provisão para Perdas	Nota 25- Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)
Nota 10- Outros Créditos	Nota 26- Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)
Nota 11- Carteira de Câmbio	Nota 27- Gerenciamento de Risco e Índice de Basileia
Nota 12- Permanente	Nota 28 - Partes Relacionadas
Nota 13- Depósitos e Captações no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas	Nota 29- Demonstração do Resultado Abrangente
Nota 14- Obrigações por Empréstimos e Repasses	Nota 30- Outras Informações
Nota 15- Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	
Nota 16- Outras Obrigações	

NOTA 1 - O Banco e suas Características

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, com matriz localizada na Avenida Dr. Silas Munguba, nº 5700, Passaré, Fortaleza, Ceará, Brasil, e tem por missão: "Atuar como o Banco de Desenvolvimento da Região Nordeste". O Banco está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras classificadas como Banco Múltiplo, exceto a carteira de crédito imobiliário. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE). Possui o maior programa de microfinanças da América Latina, consolidado por meio do Crediamigo e do Agroamigo, que facilita o acesso ao crédito a pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços, nas áreas urbana e rural. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas bem como parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638 e 11.941, de, respectivamente, 28.12.2007 e 27.05.2009, normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo CMN como também os aprovados pela CVM no que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nas Demonstrações Financeiras do Banco, conforme abaixo:

- CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis (Resolução nº 4.144, de 27.09.2012, do CMN);
- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);

Notas Explicativas

- CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (Deliberação CVM nº 640, de 07.10.2010);
- CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Resolução nº 3.604, de 29.08.2008, do CMN);
- CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);
- CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (Deliberação CVM nº 557, de 12.11.2008);
- CPC 12 – Ajuste a Valor Presente (Deliberação CVM nº 564, de 17.12.2008);
- CPC 22 – Informação por Segmento (Deliberação CVM nº 582, de 31.07.2009);
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução nº 4.007, de 25.08.2011, do CMN);
- CPC 24 – Eventos Subsequentes (Resolução nº 3.973, de 26.05.2011, do CMN);
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN);
- CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (Deliberação CVM nº 760, de 22.12.2016);
- CPC 27 – Ativo Imobilizado (Deliberação CVM nº 583, de 31.07.2009);
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM nº 599, de 15.09.2009);
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados (Resolução nº 4.424, de 25.06.2015, do CMN); e
- CPC 41 – Resultado por Ação (Deliberação CVM nº 636, de 06.08.2010).

NOTA 3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras do Banco é o Real.

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são registrados à taxa de câmbio média em vigor na data da transação, permanecendo os ativos não monetários ao custo histórico.

Ao final de cada período, os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são atualizados pela taxa de câmbio média, sendo as variações reconhecidas no resultado.

b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, obedecendo o regime de competência, e considerando o critério "pro rata temporis".

c) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, estando os recursos disponíveis do FNE classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, respectivamente, de acordo com as datas de vencimento.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias da data de aplicação e apresentam risco insignificante de variações no valor de mercado.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

f) Títulos e Valores Mobiliários (TVM)

Os TVM estão registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

Títulos Disponíveis para Venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação e nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Notas Explicativas

A classificação em Circulante e Realizável a Longo Prazo dos Títulos Disponíveis para Venda e Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

A atuação do Banco no mercado de derivativos restringe-se a operações de *swap*, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas.

As operações de *swap* são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes e são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços semestrais. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas. No cálculo do valor de mercado dessas operações são utilizadas as taxas divulgadas pela BM&FBovespa.

Hedge Accounting

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no Exterior por meio do *Eurobonds – Senior Unsecured Notes* de longo prazo, o Banco designou Instrumentos Financeiros Derivativos (contratos de *swap*) para proteção total (*Hedge* de Risco de Mercado) dos valores do principal captado e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos IFD designados como proteção, o item objeto de *hedge* também é ajustado ao valor de mercado.

A variação no valor de mercado dos derivativos designados para proteção e o ajuste a valor de mercado do item objeto de *hedge* (registrado como parte do seu valor contábil), são reconhecidos no resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de *hedge accounting*, a relação de proteção é terminada.

Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de tais riscos durante toda a operação estão devidamente documentados, como também é documentada a avaliação da efetividade da operação. Um *hedge* é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor de mercado ou fluxo de caixa atribuído do instrumento de *hedge* compensa as variações no valor de mercado do item objeto de *hedge*, num intervalo entre 80% a 125%.

h) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como risco de nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por, no mínimo, cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco de nível H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

i) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes.

j) Permanente

Investimentos: estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.

Imobilizado de Uso: está retificado pela depreciação calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: Edificações - 4%; Sistemas de Processamento de Dados e Veículos - 20%; Trator e Moto - 25%; e demais itens - 10%. Os Imóveis de Uso estão acrescidos do valor da reavaliação.

Intangível: composto pelos desembolsos para aquisição de direitos de *software* que, no momento, encontra-se em fase de implantação, com vida útil estimada em 10 anos, a partir da data de sua disponibilidade para uso, e terá amortização linear. Quando aplicável, será ajustado por perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Notas Explicativas

k) Tributos

O encargo do Imposto de Renda (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R\$ 240 no exercício) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) à alíquota de 20% (em conformidade com a Lei nº 13.169 de 06.10.2015, vigorará até 31.12.2018) depois de efetuados os ajustes no Lucro Societário, determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos fiscais diferidos são calculados sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, decorrentes de provisões para perdas de crédito, provisões para benefícios pós-emprego e ajustes aos valores de mercado de TVM, de IFD, de item objeto de hedge.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico realizado semestralmente.

O Pasep e a Cofins são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

l) Benefícios a Empregados

O Banco mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos "benefício definido" e "contribuição variável", além de plano de assistência médica e seguro de vida em grupo, ambos do tipo "benefício definido".

Para os planos do tipo "benefício definido" e para a parcela dos benefícios não programados do plano de contribuição variável, que possui características de plano de benefício definido, os valores correspondentes ao custo do serviço corrente líquido e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo atuarial, incluindo os juros sobre o efeito de limite de ativo de benefício definido, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, enquanto que os ganhos e perdas atuariais e o retorno sobre os ativos dos planos, excluindo valores considerados nos juros líquidos, são reconhecidos em "Ajustes de Avaliação Patrimonial", no Patrimônio Líquido.

As contribuições referentes à parcela de contribuição definida do plano de contribuição variável são reconhecidas no resultado.

m) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são reconhecidos pelos valores das exigibilidades, sendo os encargos exigíveis, quando cabíveis, registrados com base no critério "*pro-rata-die*".

n) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*)

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes são revistos, no mínimo, ao fim de cada período de relatório para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

o) Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes, dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009 e em conformidade com a Carta Circular nº 3.429, de 11.02.2010, do Bacen.

As provisões de natureza cível, fiscal, trabalhista e outras causas são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial, reavaliados por ocasião de movimentações processuais e atualizados monetariamente a cada mês.

A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela área jurídica do Banco, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota. Esta classificação é realizada com base na análise dos seguintes fatores: i) razoabilidade da fundamentação fática e jurídica da parte adversa; ii) argumentação e fundamentação jurídica desenvolvida pelo Banco; iii) antecedentes de perdas para casos similares; iv) entendimentos dos Tribunais Superiores e dos órgãos de fiscalização acerca do assunto em litígio; v) decisões ocorridas no próprio processo (decisão, sentença, concessão de liminar, antecipação de tutela, mandado de pagamento ou penhora etc); e vi) existência de falhas operacionais na condução do processo judicial ou administrativo.

Notas Explicativas

As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Exceto se obrigação legal, para as contingências enquadradas como possíveis e remotas não cabem provisões, conforme disposições legais e regulamentares.

Os ativos e os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso nos processos judiciais em andamento.

p) Dívidas Subordinadas

As dívidas subordinadas estão registradas pelo custo de aquisição, atualizadas pela taxa extramercado divulgada pelo Bacen quando os recursos estão disponíveis, e, quando aplicados, pelos encargos pactuados com os mutuários.

q) Juros sobre o Capital Próprio (JCP) e Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, a importância de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, conforme disposto no Estatuto do Banco. Os JCP poderão ser imputados aos dividendos mínimos obrigatórios.

r) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões, a exemplo do passivo atuarial com planos de assistência médica, previdência complementar e seguro de vida. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

s) Resultado por Ação

O lucro por ação básico e o lucro por ação diluído do Banco foram calculados dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais. O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro por ação básico e o lucro por ação diluído são iguais.

NOTA 4 – Informações por Segmento

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais, baseados em produtos e serviços:

a) Carteira Própria – compreende os produtos e serviços de sua própria carteira, tais como: operações de crédito e de mercado, administração de fundos e prestação de outros serviços bancários e de garantias; e

b) FNE – compreende as operações de crédito do âmbito do FNE.

A Administração do Banco gerencia os resultados operacionais separadamente para fins de tomada de decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A *performance* de cada segmento é avaliada com base na margem financeira acrescida das tarifas.

Nenhuma receita de transações com um único cliente atingiu 10% ou mais da receita total do Banco, durante os períodos findos em 31.03.2017 e 31.12.2016.

A tabela a seguir apresenta informações sobre receitas, custos, despesas e margem financeira dos segmentos operacionais. Despesas administrativas, assim como outras despesas não apropriáveis diretamente a cada segmento operacional, são consideradas corporativas e figuram somente na coluna "Total":

Notas Explicativas

6

Especificação	01.01 a 31.03.2017			01.01 a 31.03.2016		
	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total
Receitas	973.077	891.651	1.864.728	1.214.158	750.099	1.964.257
Receitas de Operações de Crédito	479.446	-	479.446	516.420	-	516.420
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	345.870	569.678	915.548	402.804	440.873	843.677
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	(33.355)	-	(33.355)	(130.693)	-	(130.693)
Resultado de Operações de Câmbio	22.559	-	22.559	41.261	-	41.261
Resultado de Aplicações Compulsórias	(6.866)	-	(6.866)	17.831	-	17.831
Outras Receitas	165.423	321.973	487.396	366.535	309.226	675.761
Despesas	(578.020)	(833.496)	(1.411.516)	(543.282)	(615.931)	(1.159.213)
Despesas de Captação no Mercado	(319.305)	-	(319.305)	(363.301)	-	(363.301)
Despesas com Operações de Empréstimos e Repasses	(39.766)	(544.042)	(583.808)	(8.548)	(421.028)	(429.576)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(218.949)	(289.434)	(508.383)	(171.433)	(194.592)	(366.025)
Outros Passivos Contingentes	-	-	-	-	(212)	(212)
Provisão Proagro a Receber	-	(20)	(20)	-	(99)	(99)
Margem Financeira	395.057	58.155	453.212	670.876	134.168	805.044
Rendas de Prestação de Serviços	232.793	335.375	568.168	93.303	426.434	519.737
Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões	16.254	-	16.254	12.369	-	12.369
Pasep e Cofins	(33.992)	(33.351)	(67.343)	(27.601)	(37.106)	(64.707)
Resultado após Tarifas e Comissões	610.112	360.179	970.291	748.947	523.496	1.272.443
Despesas Administrativas			(753.153)			(686.862)
Despesas de Pessoal			(455.911)			(426.027)
Depreciação e Amortização			(10.171)			(10.801)
Outras Despesas Administrativas			(287.071)			(250.034)
Outras Despesas			(155.110)			(326.687)
Despesas de Provisões, exceto Crédito			(56.766)			(28.995)
Lucro antes da Tributação e Participações			5.262			229.899
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro			(23.022)			(148.590)
Participações no Lucro			-			(3.501)
Lucro (Prejuízo) Líquido			(17.760)			77.808

Notas Explicativas

7

NOTA 5 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Especificação	31.03.2017	31.12.2016
Disponibilidades em Moeda Nacional	117.126	127.664
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	40.528	56.911
Total da Disponibilidade de Caixa	157.654	184.575
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽⁷⁾	8.526.857	9.244.654
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	8.684.511	9.429.229

⁽⁷⁾ Operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação for igual ou inferior a 90 dias.

NOTA 6 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

a) Composição	31.03.2017	31.12.2016
Especificação	8.601.049	9.314.933
a) Aplicações no Mercado Aberto	8.526.857	9.244.654
Revendas a Liquidar-Posição Bancada	74.192	70.279
Revendas a Liquidar-Posição Financiada	153.485	150.350
b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	153.485	150.350
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	153.485	150.350
Total	8.754.534	9.465.283
Saldo de Curto Prazo	8.754.534	9.465.283

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Especificação	01.01 a 31.03.2017	01.01 a 31.03.2016
a) Rendas de Aplicações no Mercado Aberto (Nota 7.b)	264.518	319.566
Posição Bancada	262.368	317.428
Posição Financiada	2.150	2.138
b) Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 7.b)	3.135	-
Total	267.653	319.566

NOTA 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estão a seguir distribuídos:

a.1) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	31.03.2017	31.12.2016
Títulos Disponíveis para Venda	23.809.015	20.259.164
Títulos Mantidos até o Vencimento	190.044	186.224
Diferencial a Receber Swap	370.134	403.488
Total	24.369.193	20.848.876
Saldo de Curto Prazo	3.255.107	4.050.575
Saldo de Longo Prazo	21.114.086	16.798.301

Notas Explicativas

8

a.2) Títulos Disponíveis para Venda

Especificação	31.03.2017										Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento
	Faixa de Vencimento					Acima de 360 dias	Valor de Custo	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento			
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias								
Títulos de Renda Fixa	-	-	1.799.071	1.409.761	20.281.421	24.008.170	23.490.253	(517.917)					
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	1.513.206	1.080.866	17.230.954	19.848.852	19.825.026	(23.826)		2017 a 2023			
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	1.682.677	1.525.060	1.682.677	157.617		2050			
Letras Financeiras	-	-	285.756	328.871	1.251.564	1.917.861	1.866.191	(51.670)		2017 a 2019			
Debêntures	-	-	-	-	111.744	676.860	111.744	(565.116)		2018 a 2041			
Títulos Públicos Federais – FCVS	-	-	-	-	4.160	5.001	4.160	(841)		2027			
Títulos Públicos Federais – Outros	-	-	-	-	-	33.953	-	(33.953)		1993			
Títulos da Dívida Agrária	-	-	109	24	322	583	455	(128)		2017 a 2022			
Cotas de Fundos de Investimentos	348	-	-	-	-	1.932	348	(1.584)					
Fundos de Desenvolvimento Social (FDS)	-	-	-	-	-	1.584	-	(1.584)		Sem Vencimento			
Fundo Garantidor para Investimentos (FGI)	332	-	-	-	-	332	332	-		Sem Vencimento			
Fundo de Garantia de Operações (FGO)	16	-	-	-	-	16	16	-		Sem Vencimento			
Títulos de Renda Variável	24.656	-	-	-	-	13.025	24.656	11.631					
Outros Incentivos Fiscais – FIOR	117	-	-	-	-	109	117	8		Sem Vencimento			
Ações de Companhias Abertas	24.539	-	-	-	-	12.916	24.539	11.623		Sem Vencimento			
Títulos Dados em Garantia ⁽¹⁾	-	-	-	-	293.758	294.502	293.758	(744)					
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	272.482	272.470	272.482	12		2020 a 2023			
Títulos Públicos Federais – Nuclebrás	-	-	-	-	-	859	-	(859)		1993			
Debêntures	-	-	-	-	21.276	21.173	21.276	103		2019			
Total da Categoria	25.004	-	1.799.071	1.409.761	20.575.179	24.317.629	23.809.015	(508.614)					
Crédito Tributário (Nota 21.b)								277.974					
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)								(68.724)					
Total do Ajuste a Valor de Mercado								(299.364)					

Notas Explicativas

9

Especificação	31.12.2016										Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento
	Faixa de Vencimento					Valor de Custo	Acima de 360 dias	181 a 360 dias	31 a 180 dias	0 a 30 dias			
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias								
Títulos de Renda Fixa	-	-	2.113.406	1.606.186	16.191.268	20.574.867	19.910.860	(664.007)					
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	1.975.238	1.468.599	12.997.447	16.474.904	16.441.284	(33.620)					
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	1.561.353	1.532.143	1.561.353	29.210		2017 a 2022			
Letras Financeiras	-	-	138.060	137.564	1.528.758	1.858.041	1.804.382	(53.659)		2017 a 2019			
Debêntures	-	-	-	-	98.278	670.579	98.278	(572.301)		2018 a 2041			
Títulos Públicos Federais – FCVS	-	-	-	-	5.133	5.116	5.133	17		2027			
Títulos Públicos Federais – Outros	-	-	-	-	-	33.507	-	(33.507)		1993			
Títulos da Dívida Agrária	-	-	108	23	299	577	430	(147)		2017 a 2022			
Cotas de Fundos de Investimentos	327	-	-	-	-	1.895	327	(1.568)					
Fundos de Desenvolvimento Social (FDS)	-	-	-	-	-	1.568	-	(1.568)		Sem Vencimento			
Fundo Garantidor para Investimentos (FGI)	313	-	-	-	-	313	313	-		Sem Vencimento			
Fundo de Garantia de Operações (FGO)	14	-	-	-	-	14	14	-		Sem Vencimento			
Títulos de Renda Variável	32.477	-	-	-	-	13.025	32.477	19.452					
Outros Incentivos Fiscais – Finor	109	-	-	-	-	109	109	-		Sem Vencimento			
Ações de Companhias Abertas	32.368	-	-	-	-	12.916	32.368	19.452		Sem Vencimento			
Títulos Dados em Garantia ⁽¹⁾	-	-	287.504	-	27.996	316.390	315.500	(890)					
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	287.504	-	7.439	295.107	294.943	(164)		2017 a 2022			
Títulos Públicos Federais – Nuclebrás	-	-	-	-	-	848	-	(848)		1993			
Debêntures	-	-	-	-	20.557	20.435	20.557	122		2019			
Total da Categoria	32.804	0	2.400.910	1.606.186	16.219.264	20.906.177	20.259.164	(647.013)					
Crédito Tributário (Nota 21.b)								284.811					
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)								(20.670)					
Total do Ajuste a Valor de Mercado								(382.872)					

⁽¹⁾ Composição: Garantias de Operações em Bolsa R\$ 237.711 (R\$ 230.402 em 31.12.2016); Garantias de Operações em Câmaras de Liquidação R\$ 2.705 (R\$ 2.617 em 31.12.2016); Garantias em Processos Judiciais R\$ 28.864 (R\$ 58.733 em 31.12.2016); e Demais Garantias R\$ 24.479 (R\$ 23.748 em 31.12.2016).

Notas Explicativas

10

A rubrica "Títulos Públicos Federais – Outros" dos itens Títulos de Renda Fixa e Títulos Dados em Garantia registra aplicações financeiras em títulos públicos denominados pelo Tesouro Nacional como NUCLE910801 e CVSB970101, com vencimento em 31.08.1993 e 01.01.2027, ainda não resgatados pelo Tesouro Nacional. Referidos títulos registram uma desvalorização integral em função de seu vencimento, sem, no entanto, se enquadrar no conceito de Perda Permanente, na forma disciplinada na Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

Em virtude do enquadramento dos ativos na categoria "Títulos Disponíveis para Venda", encontra-se registrado no Patrimônio Líquido do Banco, na conta "Ajustes a Valor de Mercado", o valor de (R\$ 508.614) ((R\$ 647.013) em 31.12.2016). Esse ajuste, líquido dos efeitos tributários, corresponde a (R\$ 299.364) ((R\$ 382.872) em 31.12.2016).

a.3) Títulos Mantidos até o Vencimento

Especificação	31.03.2017							Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Faixa de Vencimento
	Faixa de Vencimento				Acima de 360 dias	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Faixa de Vencimento			
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias						
Títulos de Renda Fixa	-	-	-	21.270	168.774	190.044	133.679			
Notas do Tesouro Nacional NTN - P	-	-	-	-	159.172	159.172	102.807	2030		
Cotas Fundo Investimento Criatec	-	-	-	11.046	-	11.046	11.046	2017		
Cotas Fundo Investimento Criatec II	-	-	-	-	9.054	9.054	9.054	2023		
Cotas Fundo Investimento Criatec III	-	-	-	-	339	339	339	2025		
FIP Brasil Agronegócios	-	-	-	10.225	-	10.225	10.225	2018		
Nordeste III FIP	-	-	-	-	208	208	208	2022		
Total da Categoria	-	-	-	21.271	168.773	190.044	133.679			

Especificação	31.12.2016							Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Faixa de Vencimento
	Faixa de Vencimento				Acima de 360 dias	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Faixa de Vencimento			
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias						
Títulos de Renda Fixa	-	-	-	10.676	175.548	186.224	144.981			
Notas do Tesouro Nacional NTN - P	-	-	-	-	156.328	156.328	115.085	2030		
Cotas Fundo Investimento Criatec	-	-	-	10.676	-	10.676	10.676	2017		
Cotas Fundo Investimento Criatec II	-	-	-	-	8.366	8.366	8.366	2023		
Cotas Fundo Investimento Criatec III	-	-	-	-	438	438	438	2025		
FIP Brasil Agronegócios	-	-	-	-	10.237	10.237	10.237	2018		
Nordeste III FIP	-	-	-	-	179	179	179	2022		
Total da Categoria	-	-	-	10.676	175.548	186.224	144.981			

⁽¹⁾ Os valores de mercado indicados são de caráter meramente explicativos, para os quais não houve qualquer registro contábil, conforme Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

Notas Explicativas

a.4) No 1º trimestre de 2017 não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias acima, como também não ocorreram alienações de títulos classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento.

a.5) Para obtenção do valor de mercado são utilizados os critérios abaixo, obedecendo a seguinte ordem de prioridade:

1ª – preços de mercado divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) e BM&FBovespa;

2ª – ágio/deságio observado nas negociações ocorridas nos últimos 3 meses na Cetip S.A. – Mercados Organizados; e

3ª – cálculo do valor provável de realização, obtido com base em modelo de precificação próprio.

a.6) A administração do Banco declara que tem a capacidade financeira e a intenção de manter até às datas de vencimento os títulos classificados na categoria Mantidos até o Vencimento.

b) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	01.01 a 31.03.2017	01.01 a 31.03.2016
Aplicações no Mercado Aberto (Nota 6.b)	264.518	319.566
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 6.b)	3.135	-
Títulos de Renda Fixa	647.444	523.850
Títulos de Renda Variável	451	261
Total	915.548	843.677

c) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

O Banco utiliza uma política conservadora no sentido de direcionar a aplicação de recursos em consonância com as condições de prazos e taxas estabelecidos pelas respectivas fontes desses recursos, de modo que os ativos e passivos tenham sempre prazos, taxas de juros e indexadores compatíveis, reduzindo a existência de descasamentos de qualquer natureza.

Na posição de 31.03.2017, o Banco possui operações de “swap”, que se encontram registradas na Cetip S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, estando o valor nominal dessas operações registrado em contas de compensação (valor nocional) e o correspondente valor patrimonial nas contas “Diferencial a Pagar” e “Diferencial a Receber”, conforme apresentado nos quadros a seguir:

Composição em 31.03.2017								
Especificação	Valor Nocional	Valor de Mercado		Valor da Curva		Ajuste a Mercado		Ajuste a Mercado Líquido
		Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Positivo	Negativo	
Posição Ativa								
Moeda Estrangeira (Dólar)	578.615	370.134	-	356.359	-	13.775	-	13.775
Posição Passiva								
Taxa Prefixada	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	578.615	370.134		356.359		13.775		13.775
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)								5.510

Composição em 31.12.2016								
Especificação	Valor Nocional	Valor de Mercado		Valor da Curva		Ajuste a Mercado		Ajuste a Mercado Líquido
		Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Positivo	Negativo	
Posição Ativa								
Moeda Estrangeira (Dólar)	578.615	403.488	-	392.844	-	10.644	-	10.644
Posição Passiva								
Taxa Prefixada	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	578.615	403.488		392.844		10.644		10.644
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)								4.258

Especificação	31.03.2017		31.12.2016	
	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
1 a 3 anos	370.134		403.488	-
3 a 5 anos	-		-	-
Total	370.134		403.488	

Notas Explicativas

c.1) IFD classificados como *Hedge* de Risco de Mercado (*Hedge Accounting*)

Especificação	31.03.2017				
	Valor da Curva		Valor de Mercado		Ajuste a Valor de Mercado
	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
<i>Swap</i> - Moeda Estrangeira – Posição Ativa	967.616	611.257	981.390	611.256	13.775
Item Objeto de <i>Hedge</i>	Valor da Curva ⁽¹⁾		Valor de Mercado ⁽¹⁾		Ajuste a Valor de Mercado
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i>	967.616		981.394		13.778
Crédito Tributário (Nota 21.b)					5.511

⁽¹⁾ Líquido dos efeitos dos tributos incidentes na fonte, no valor de R\$ 2.343, sobre os juros da operação.

Especificação	31.12.2016				
	Valor da Curva		Valor de Mercado		Ajuste a Valor de Mercado
	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
<i>Swap</i> - Moeda Estrangeira – Posição Ativa	984.503	591.659	995.147	591.659	10.644
Item Objeto de <i>Hedge</i>	Valor da Curva ⁽¹⁾		Valor de Mercado ⁽¹⁾		Ajuste a Valor de Mercado
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i>	984.622		995.151		10.529
Crédito Tributário (Nota 21.b)					4.211

⁽¹⁾ Líquido dos efeitos dos tributos incidentes na fonte, no valor de R\$ 984, sobre os juros da operação.

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no exterior por meio de *Eurobonds – Senior Unsecured Notes*, o Banco contratou operações de *swap* para proteção total dos valores de captação e correspondentes juros devidos, classificados segundo a sua natureza em *hedge* de risco de mercado. O principal protegido acrescido dos juros devidos é demonstrado pelo valor de mercado, sendo a variação registrada como parte de seu valor contábil e reconhecida no resultado do exercício.

Tendo em vista que o fluxo financeiro (principal e juros) do item objeto de *Hedge* (*Eurobonds – Senior Unsecured Notes*) e os fluxos financeiros dos instrumentos financeiros (*swaps*) designados são idênticos, a efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo Bacen.

As operações foram avaliadas como efetiva na forma da Circular Bacen nº 3.082, de 30.01.2002, com base nos fluxos financeiros (principal e juros) do item objeto de *hedge*, *Eurobonds – Senior Unsecured Notes*, e dos instrumentos de *hedge* (contratos de *swap*).

d) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

Especificação	01.01 a 31.03.2017	01.01 a 31.03.2016
<i>Swap</i>	(33.355)	(130.693)
Total	(33.355)	(130.693)

NOTA 8 – Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados

a) Créditos Vinculados

Especificação	31.03.2017			31.12.2016		
	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido
Recolhimentos Obrigatórios	221.662	-	221.662	122.735	-	122.735
Reservas Compulsórias - Recursos à Vista	106.063	-	106.063	95.600	-	95.600
Sistema Financeiro da Habitação (SFH)	71.762	(15.925)	55.837	70.580	(4.511)	66.069
Tesouro Nacional - Crédito Rural	659	(659)	-	651	(645)	6
Total	400.146	(16.584)	383.562	289.566	(5.156)	284.410
Saldo de Curto Prazo	327.725	-	327.725	218.341	(6)	218.335
Saldo de Longo Prazo	72.421	(16.584)	55.837	71.225	(5.150)	66.075

Notas Explicativas

b) Resultado de Aplicações Compulsórias

Especificação	01.01 a 31.03.2017	01.01 a 31.03.2016
Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central	3.352	1.836
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	1.182	1.262
Rendas de Créditos Vinculados ao Crédito Rural	14	24
Valorização (Desvalorização) de Créditos Vinculados	(11.414)	14.709
Total	(6.866)	17.831

NOTA 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas

a) Carteira de Crédito e Provisão para Operações de Crédito

Especificação	31.03.2017		31.12.2016	
	Valor Bruto	Provisão	Valor Bruto	Provisão
Operações de Crédito	11.764.346	(1.301.823)	12.373.957	(1.235.550)
Curto Prazo	4.918.972	(731.898)	5.322.670	(548.029)
Longo Prazo	6.845.374	(569.925)	7.051.287	(687.521)
Outras Rubricas com Características de Crédito	591.768	(196.482)	619.979	(195.538)
Curto Prazo	589.105	(196.482)	616.758	(195.538)
Longo Prazo	2.663	-	3.221	-
Total	12.356.114	(1.498.305)	12.993.936	(1.431.088)

a.1) Composição da Carteira de Crédito

Especificação	31.03.2017	31.12.2016
Adiantamentos a Depositantes	2.512	441
Empréstimos	4.876.894	5.313.172
Títulos Descontados	41.309	49.836
Financiamentos	2.313.310	2.412.656
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	67.391	62.423
Refinanciamentos de Operações com o Governo Federal (Nota 28.a.1)	566.969	552.221
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.872.300	1.872.488
Financiamentos Imobiliários ⁽¹⁾	243	243
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	2.023.418	2.110.477
Subtotal de Operações de Crédito	11.764.346	12.373.957
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	41.767	38.950
Devedores por Compra de Valores e Bens	2.354	3.172
Títulos e Créditos a Receber	66.436	70.841
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽²⁾ (Nota 11.a)	481.211	507.016
Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito	591.768	619.979
Total	12.356.114	12.993.936

⁽¹⁾ Referem-se a operações contratadas antes do encerramento das atividades com Financiamento Imobiliário.

⁽²⁾ Contas classificadas como "Outras Obrigações/Carteira de Câmbio".

a.2) Receitas de Operações de Crédito

Especificação	01.01 a 31.03.2017	01.01 a 31.03.2016
Empréstimos e Títulos Descontados	263.608	289.177
Financiamentos	154.271	146.462
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	42.295	67.596
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	19.269	13.180
Outros Valores	3	5
Total	479.446	516.420

Notas Explicativas

b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento

b.1) Créditos de Curso Normal ⁽¹⁾

Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.03.2017	Total em 31.12.2016
Rural	19.805	669	4.318	24.223	10.431	1.716.120	1.775.566	1.780.128
Indústria	58.577	77.016	76.683	160.762	201.223	1.827.582	2.401.843	2.653.134
Governo	16.116	16.117	16.116	74.400	96.699	1.103.553	1.323.001	1.380.519
Outros Serviços	153.352	114.109	130.305	196.377	281.563	1.249.200	2.124.906	2.471.145
Comércio	705.519	590.301	485.096	750.114	373.654	527.927	3.432.611	3.773.594
Intermediários Financeiros	54	10	7	17	22	50	160	207
Habitação	74	23	14	29	36	377	553	672
Pessoas Físicas	27.019	11.858	8.589	16.690	13.183	16.267	93.606	94.793
Total	980.516	810.103	721.128	1.222.612	976.811	6.441.076	11.152.246	12.154.192

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

b.2) Créditos em Atraso

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vincendas						Total em 31.03.2017	Total em 31.12.2016
	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Rural	1.886	598	683	2.616	4.996	27.454	38.233	36.609
Indústria	4.406	4.123	4.013	12.655	21.721	183.134	230.052	118.231
Outros Serviços	9.420	7.989	7.509	21.239	36.205	92.469	174.831	137.527
Comércio	19.901	16.968	13.850	32.533	50.607	103.109	236.968	220.678
Intermediários Financeiros	1	1	1	2	4	8	17	19
Pessoas Físicas	315	435	484	930	830	1.504	4.498	3.635
Total	35.929	30.114	26.540	69.975	114.363	407.678	684.599	516.699

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vencidas						Total em 31.03.2017	Total em 31.12.2016
	01 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias		
Rural	376	354	1.610	696	4.885	47.894	240	56.055
Indústria	1.966	3.256	5.391	5.131	8.578	8.353	332	33.007
Outros Serviços	3.846	17.189	161.132	38.536	16.335	37.480	1.173	275.691
Comércio	4.120	13.519	19.098	14.804	35.549	50.864	172	138.126
Intermediários Financeiros	-	-	-	1	-	-	-	1
Habitação	-	4	14	-	123	315	-	456
Pessoas Físicas	75	1.092	1.672	1.444	3.476	8.166	8	15.933
Total	10.383	35.414	188.917	60.612	68.946	153.072	1.925	519.269

c) Composição das Operações por Níveis de Risco

Nível de Risco	31.03.2017				31.12.2016			
	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão
AA	5.110.003	-	5.110.003	-	5.269.455	-	5.269.455	-
A	3.435.400	-	3.435.400	(17.177)	3.796.590	-	3.796.590	(18.983)
B	658.281	59.861	718.142	(7.181)	792.390	45.384	837.774	(8.378)
C	621.581	61.895	683.476	(20.504)	657.005	51.108	708.113	(21.243)
D	579.702	71.149	650.851	(65.085)	712.588	43.742	756.330	(75.633)
E	264.027	58.738	322.765	(96.830)	185.810	92.886	278.696	(83.609)
F	20.113	182.221	202.334	(101.167)	22.255	118.838	141.093	(70.546)
G	94.157	48.450	142.607	(99.825)	110.218	67.075	177.293	(124.104)
H	368.982	721.554	1.090.536	(1.090.536)	607.881	420.711	1.028.592	(1.028.592) ⁽²⁾
Total	11.152.246	1.203.868	12.356.114	(1.498.305)	12.154.192	839.744	12.993.936	(1.431.088)

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

⁽²⁾ Incluem as provisões para fazer face ao risco do Banco em operações de crédito com indícios de irregularidades no importe de R\$ 200

Notas Explicativas

d) Movimentação da Provisão no Período

Especificação	31.03.2017	31.12.2016
Saldo Inicial da Provisão para Perdas da Carteira de Crédito	1.431.088	1.127.873
(+) Constituição de Provisão no Período	218.856	791.974
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Período	(151.639)	(488.759)
(=) Provisão Líquida para Perdas da Carteira de Crédito	1.498.305	1.431.088
Saldo Inicial da Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	28.824	46.804
(+) Constituição de Provisão no Período	135	230
(+) Reversão de Provisão no Período	(37)	(18.210)
(=) Provisão Líquida para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito (Nota 10.e)	28.922	28.824
(=) Saldo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.527.227	1.459.912

e) Composição do Saldo da Despesa de Provisão

Especificação	01.01 a 31.03.2017	01.01 a 31.03.2016
(+) Despesas de Provisão para Operações de Crédito	215.706	188.502
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos	3.150	-
(+) Reversão de Provisões Operacionais	-	(17.169)
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Operações com Características de Concessão de Crédito	218.856	171.333
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	134	137
(-) Reversões de Provisões para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	(41)	(37)
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 4)	218.949	171.433

f) Concentração de Crédito

Especificação	31.03.2017		31.12.2016	
	Saldo	% da Carteira	Saldo	% da Carteira
10 Maiores devedores	2.608.667	21,11	2.643.611	20,34
50 maiores devedores	4.870.216	39,42	4.948.296	38,08
100 maiores devedores	5.615.175	45,44	5.729.029	44,09

g) No 1º trimestre de 2017 foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 19.269 (R\$ 13.180 em 31.03.2016) e as renegociações importaram em R\$ 180.596 (R\$ 443.253 em 31.03.2016).

NOTA 10 – Outros Créditos

Especificação	31.03.2017	31.12.2016
a) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	607.992	612.278
b) Rendas a Receber	17.086	13.921
c) Negociação e Intermediação de Valores	12	12
d) Diversos	3.532.481	3.748.539
Créditos Tributários sobre Provisões (Nota 21.b)	2.122.085	2.132.416
Créditos Tributários sobre TVM, IFD e item objeto de <i>Hedge</i> (Notas 21.b)	283.485	289.022
Devedores por Depósitos em Garantia	706.392	692.167
Impostos e Contribuições a Compensar	45.002	303.112
Opções por Incentivos Fiscais	26.748	26.748
Títulos e Créditos a Receber	66.436	70.841
Adiantamentos e Antecipações Salariais	36.739	2.446
Pagamentos a Ressarcir	13.616	17.802
Outros Valores	231.978	213.985
e) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(225.404)	(224.362)
Com Características de Concessão de Crédito (Nota 9.a)	(196.482)	(195.538)
Sem Características de Concessão de Crédito (Nota 9.d)	(28.922)	(28.824)
Total	3.932.167	4.150.388
Saldo de Curto Prazo	1.693.343	2.257.019
Saldo de Longo Prazo	2.238.824	1.893.369

Notas Explicativas

NOTA 11 – Carteira de Câmbio

a) Composição

Especificação	31.03.2017	31.12.2016
Ativo – Outros Créditos		
Câmbio Comprado a Liquidar	550.095	570.689
Direitos sobre Vendas de Câmbio	16.886	2.639
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(756)	-
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	41.767	38.950
Ativo Circulante (Nota 10.b)	607.992	612.278
Passivo – Outras Obrigações		
Obrigações por Compras de Câmbio	497.002	508.389
Câmbio Vendido a Liquidar	16.926	2.649
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio) (Nota 9.a.1)	(481.211)	(507.016)
Passivo Circulante (Nota 16.b)	32.717	4.022

b) Resultado de Câmbio

Especificação	01.01 a 31.03.2017	01.01 a 31.03.2016
Rendas de Câmbio	22.745	41.525
Despesas de Câmbio	(186)	(264)
Total	22.559	41.261

Notas Explicativas

17

NOTA 12 – Permanente

a) Investimentos

Especificação	31.12.2016		01.01.2017 a 31.03.2017		31.03.2017	
	Saldo Contábil	652	Adições	Exclusões	Valor de Custo	Saldo Contábil
Ações e Cotas	1.257	652	-	-	652	652
Bens Artísticos e Valiosos	1.909	1.257	3	-	1.260	1.260
Total			3	-	1.912	1.912

b) Imobilizado

Especificação	31.12.2016		01.01.2017 a 31.03.2017				31.03.2017		
	Saldo Contábil	82.859	Movimentações		Saldo Contábil	Valor de Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Contábil	
			Adições	Exclusões					Depreciação
Edificações		431	(422)	(2.556)	80.312	259.145	(178.833)	80.312	
Sistema de Processamento de Dados		11.319	(4.532)	(5.241)	48.303	155.172	(106.869)	48.303	
Móveis e Equipamentos de Uso		29.126	(269)	(1.383)	29.889	77.729	(47.840)	29.889	
Terrenos		17.631	(55)	-	17.576	17.576	-	17.576	
Instalações		5.536	24	(296)	5.264	20.747	(15.483)	5.264	
Sistema de Comunicação		43	(6)	(3)	56	308	(252)	56	
Sistema de Segurança		7.760	(60)	(340)	7.458	18.949	(11.491)	7.458	
Sistema de Transporte		3.045	-	(351)	2.694	14.364	(11.670)	2.694	
Total		192.757	14.255	(5.289)	(10.170)	563.990	(372.438)	191.552	

c) Intangível

Especificação	31.12.2016		01.01.2017 a 31.03.2017			31.03.2017	
	Saldo Contábil	19.903	Adições	Exclusões	Amortização	Valor de Custo	Saldo Contábil
Gastos com Intangíveis em Elaboração		19.903	-	-	-	19.903	19.903
Total		19.903	-	-	-	19.903	19.903

No 1º trimestre, não há registro de impairment sobre o Ativo Permanente.

Notas Explicativas

NOTA 13 – Depósitos, Captação no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas

a) Distribuição dos Depósitos, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas, por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 Anos	Acima de 15 anos	Total em 31.03.2017	Total em 31.12.2016
Depósitos a Vista	230.174	-	-	-	-	-	230.174	345.990
Depósitos a Vista	230.174	-	-	-	-	-	230.174	345.990
Depósitos de Poupança	1.955.298	-	-	-	-	-	1.955.298	2.113.346
Depósitos Interfinanceiros	654.826	555.221	81.175	-	-	-	1.291.222	1.198.845
Depósitos a Prazo	849.771	1.036.113	3.200.624	977.519	1.228.663	22.014	7.314.704	6.949.139
Depósitos a Prazo	287.215	1.003.301	2.705.972	852.489	1.115.235	22.014	5.986.226	5.517.628
Depósitos Judiciais com Remuneração	549.962	-	-	-	-	-	549.962	520.393
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	-	-	421.609	59.743	59.743	-	541.095	655.578
FAT- Recursos Disponíveis	2.426	5.837	8.925	6.518	5.318	-	29.024	28.279
FAT- Recursos Aplicados	10.168	26.664	64.118	58.769	48.367	-	208.086	226.701
Outros	-	311	-	-	-	-	311	560
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	113.204	210.883	966.272	-	-	-	1.290.359	1.298.870
Eurobonds	19.439	-	964.298	-	-	-	983.737	996.135
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)	93.765	210.883	1.974	-	-	-	306.622	302.735
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	-	-	-	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Dívidas Subordinadas	-	-	-	-	-	2.068.301	2.068.301	2.012.874
Total	3.803.273	1.802.217	4.248.071	977.519	1.228.663	3.090.315	15.150.058	14.919.064
Saldo de Curto Prazo							5.605.490	6.259.711
Saldo de Longo Prazo							9.544.568	8.659.353

Notas Explicativas

b) Depósitos

Especificação	31.03.2017	31.12.2016
Depósitos a Vista	230.174	345.990
Depósitos de Governos	13.221	13.196
Depósitos Vinculados	85.204	180.732
Pessoas Jurídicas	93.567	114.855
Pessoas Físicas	37.638	35.462
Outros Valores	544	1.745
Depósitos de Poupança	1.955.298	2.113.346
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Físicas	1.316.682	1.359.437
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Jurídicas	637.835	753.097
De Ligadas e de Instituições do Sistema Financeiro	781	812
Depósitos Interfinanceiros	1.291.222	1.198.845
Depósitos a Prazo	7.314.704	6.949.139
Depósitos a Prazo	5.986.226	5.517.628
Depósitos Judiciais com Remuneração	549.962	520.393
Outros Depósitos a Prazo	778.516	911.118
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT (Nota 26 e Nota 28)	237.110	254.980
Recursos Disponíveis (Nota 26)	29.024	28.279
Proger Urbano	1.493	1.709
Protrabalho	2.543	709
Infraestrutura	21.264	22.297
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)	3.724	3.564
Recursos Aplicados (Nota 26)	208.086	226.701
Proger Urbano	11.998	12.717
Protrabalho	59.275	63.802
Infraestrutura	50.808	60.055
PNMPO	86.005	90.127
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	541.095	655.578
Outros Valores	311	560
Total	10.791.398	10.607.320
Saldo de Curto Prazo	5.281.403	5.949.100
Saldo de Longo Prazo	5.509.995	4.658.220

c) Captação no Mercado Aberto

Especificação	31.03.2017	31.12.2016
Carteira Própria	843.924	899.357
Letras Financeiras do Tesouro	843.924	899.357
Carteira de Terceiros	74.192	70.280
Notas do Tesouro Nacional	-	70.280
Letras do Tesouro Nacional	74.192	-
Total	918.116	969.637
Saldo de Curto Prazo	915.258	966.859
Saldo de Longo Prazo	2.858	2.778

d) Despesa de Captação no Mercado

Especificação	01.01 a 31.03.2017	01.01 a 31.03.2016
Despesas de Captações	(290.907)	(307.828)
Depósitos a Prazo	(168.466)	(171.911)
Depósitos de Poupança	(26.908)	(28.484)
Depósitos Judiciais	(13.881)	(21.266)
Depósitos Interfinanceiros	(11.607)	(13.613)
Depósitos Especiais	(19.886)	(22.585)
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	(47.029)	(47.013)
Outros Depósitos	(3.130)	(2.956)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(28.398)	(55.473)
Carteira de Terceiros	(2.150)	(2.138)
Carteira Própria	(26.248)	(53.335)
Total	(319.305)	(363.301)

Notas Explicativas

NOTA 14 – Obrigações por Empréstimos e Repasses

a) Distribuição das Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 31.03.2017	Total em 31.12.2016
Empréstimos no Exterior	241.931	353.975	-	-	-	-	595.906	637.742
Repasses do País	45.185	111.594	353.727	385.299	590.169	162.765	1.648.739	1.669.248
Repasses do Exterior	49.855	88.561	228.537	231.116	124.442	-	722.511	764.276
Total	336.971	554.130	582.264	616.415	714.611	162.765	2.967.156	3.071.266
Saldo de Curto Prazo							891.101	930.043
Saldo de Longo Prazo							2.076.055	2.141.223

b) Obrigações por Empréstimos

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.03.2017	31.12.2016
Empréstimos no Exterior/Obrigações em Moedas Estrangeiras	USD	595.906	637.742
Total		595.906	637.742
Saldo de Curto Prazo		595.906	637.742

c) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.03.2017	31.12.2016
Tesouro Nacional	IGP-DI + 2,00	456	451
BNDES		1.538.034	1.552.591
Programa de Operações Conjuntas (POC)		1.136.794	1.158.948
Linha de Crédito para Investimento no Setor Agrícola	Pré 1,5 a 10,50/TJLP + 0,00 a 4,00/IPCA + 9,41/Varição Cambial + 2,00 a 4,00	401.240	393.643
Finame		110.249	116.206
Programa Automático		88.002	94.315
Programa Agrícola	Pré 1,5 a 7,00/TJLP + 0,00 a 4,00/Varição Cambial + 2,00 a 4,00	22.247	21.891
Total (Nota 29.a.1)		1.648.739	1.669.248
Saldo de Curto Prazo		156.779	150.737
Saldo de Longo Prazo		1.491.960	1.518.511

d) Obrigações por Repasses do Exterior

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.03.2017	31.12.2016
BID-Prodetur I	USD + 4,82	279.089	283.715
BID-Prodetur II	USD + 1,99	437.299	473.742
BID-Outros Programas	USD + 1,99	6.123	6.819
Total		722.511	764.276
Saldo de Curto Prazo		138.416	141.564
Saldo de Longo Prazo		584.095	622.712

e) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

Especificação	01.01. a 31.03.2017	01.01. a 31.03.2016
Despesas de Obrigações por Repasses	(56.887)	(50.438)
Obrigações por Repasse Instituições Oficiais no País	(35.694)	(43.407)
Tesouro Nacional	(5)	(10)
BNDES	(34.572)	(41.789)
Finame	(1.117)	(1.608)
Despesas de Repasses do Exterior	(21.193)	(7.031)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior	(17.836)	(3.168)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(509.085)	(375.970)
Total	(583.808)	(429.576)

Notas Explicativas

NOTA 15 – Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

a) Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior

Especificação	Data de Captação	Vencimento	Remuneração a.a. (%)	Valor Contratual em milhares de US\$	Valor Contratual em 31.03.2017 ⁽²⁾	Valor de Mercado em 31.03.2017 ⁽²⁾	Valor de Mercado em 31.12.2016 ⁽²⁾
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i> ⁽¹⁾	03.05.2012	03.05.2019	4,375	300.000	969.959	983.737	996.135
Total				300.000	969.959	983.737	996.135
Saldo de Curto Prazo						19.439	7.876
Saldo de Longo Prazo						964.298	988.259

⁽¹⁾ As notas não possuem amortizações intermediárias, com o principal sendo liquidado no vencimento da operação. O pagamento dos juros das notas é semestral.

⁽²⁾ Considerando os efeitos tributários.

Na forma da Nota 7.c.1 as operações de *swap* realizadas com o intuito de proteger as variações de mercado do passivo em dólar, gerado pelas captações de títulos no exterior, foram enquadradas como operações de *hedge accounting* e por isso os saldos das obrigações estão ajustados ao valor de mercado.

b) Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) Emitidas

Especificação	Remuneração a.a. (%)	Valor Nominal	31.03.2017	31.12.2016
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) ⁽¹⁾	82,62 CDI	290.176	306.622	302.735
Saldo de Curto Prazo			304.648	302.735
Saldo de Longo Prazo			1.974	-

⁽¹⁾ Título com prazo médio de vencimento de 189 dias.

Notas Explicativas

NOTA 16 – Outras Obrigações

Especificação	31.03.2017	31.12.2016
a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	17.052	2.547
Recursos do Proagro	164	313
Recebimento de Tributos Federais	13.859	361
IOF a Recolher	1.090	1.439
Outros Tributos e Assemelhados	1.939	434
b) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	32.717	4.022
c) Sociais e Estatutárias	164.522	164.522
Dividendos e Bonificações a Pagar	118.810	118.810
Participações nos Lucros	45.712	45.712
d) Fiscais e Previdenciárias	269.307	618.741
Provisão para Riscos Fiscais	-	64.902
Impostos e Contribuições	-	812
Causas Fiscais (Nota 22.h.1)	-	64.090
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	178.763	129.346
TVM e IFD (Nota 21.c)	74.234	24.928
Reavaliação sobre Edificações e Terrenos (Nota 21.c)	1.445	2.305
Decorrentes de Créditos Recuperados e Item Objeto de Hedge (Nota 21.c)	103.084	102.113
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 21.a.2)	9.921	335.687
Imposto de Renda	5.260	181.602
Contribuição Social	4.661	154.085
Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar	80.623	88.806
e) Negociação e Intermediação de Valores	153	153
f) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	19.520.204	17.637.800
FNE (Nota 28.a.1)	18.560.049	16.674.513
Outros Valores	960.155	963.287
g) Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 17 e Nota 28.a.1)	1.000.000	1.000.000
h) Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 18 e Nota 28.a.1)	2.068.301	2.012.874
i) Diversas	5.836.257	5.563.107
Provisão para Contingências	424.964	3.581.564
Trabalhistas (Nota 22.f.1.ii)	173.774	172.866
Cíveis (Nota 22.f.1.iii)	171.214	166.126
Outras (Nota 22.f.1.iv)	11.397	899
Fiscais (Nota 22.f.1.i)	68.579	-
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	3.384.872	-
FNE (Nota 22.e.2.i)	3.383.494	3.229.308
Repases	1.215	1.128
Risco Integral BNB	154.403	145.238
Risco Compartilhado	3.227.876	3.082.942
FDNE (Nota 22.f.2.ii)	1.129	604
Proagro (Nota 22.f.2.iii)	249	1.088
Outros Passivos Contingentes (Nota 22.h.2.iv)	-	10.673
Provisão para Pagamentos a Efetuar	1.760.215	1.729.014
Benefícios a Empregados	1.294.099	1.287.567
Plano de Aposentadoria e Pensão BD (Notas 24.b e 28.a.2)	356.045	363.118
Plano de Assistência Médica (Notas 24.b e 28.a.2)	819.738	807.550
Seguro de Vida – Benefício Pós-Emprego (Notas 24.b e 28.a.2)	118.316	116.899
Despesa de Pessoal	197.366	181.576
Outros Valores	57.672	55.007
Encargos Remuneratórios de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	211.078	204.864
Outros Valores	266.207	252.529
Total	28.908.513	27.003.766
Saldo de Curto Prazo	10.154.405	8.372.512
Saldo de Longo Prazo	18.754.108	18.631.254

NOTA 17 – Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	31.03.2017	31.12.2016
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Notas 16.g e 28.a.1)	1.000.000	Rentabilidade sobre PL	19.01.2016	1.000.000	1.000.000
Saldo de Longo Prazo				1.000.000	1.000.000

NOTA 18 – Dívidas Subordinadas

Especificação	31.03.2017	31.12.2016
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) ⁽¹⁾	2.068.301	2.012.874
Recursos disponíveis	1.529.558	1.459.779
Recursos aplicados	538.743	553.095
Total (Notas 16.h e 28.a.1)	2.068.301	2.012.874

⁽¹⁾ São constituídas por duas operações de captações com o FNE nos montantes originais de R\$ 600.000 e R\$ 400.000 de, respectivamente, 20.07.2009 e 01.03.2010.

Notas Explicativas

NOTA 19 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social do Banco, no valor de R\$ 2.844.000 (R\$ 2.844.000 em 31.12.2016), é representado por 86.371.464 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, integralizadas, assim distribuídas:

Composição em 31.03.2017		
Acionistas	Quantidade das Ações	% do Capital
União Federal	44.049.447	51,00
BB FGEDUC Fundo de Investimento Multimercado	30.210.518	34,98
BB FGO Fundo de Investimento em Ações	6.223.650	7,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND)	3.846.968	4,45
Outros	2.040.881	2,36
Total	86.371.464	100,00

Composição em 31.12.2016		
Acionistas	Quantidade das Ações	% do Capital
União Federal	44.049.447	51,00
BB FGEDUC Fundo de Investimento Multimercado	30.212.068	34,98
BB FGO Fundo de Investimento em Ações	6.225.200	7,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND)	3.846.968	4,45
Outros	2.037.781	2,36
Total	86.371.464	100,00

b) Reserva de Reavaliação

O valor de R\$ 13.359 (R\$ 14.491 em 31.12.2016) refere-se à reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida reserva será mantida até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, consoante Resolução nº 3.565, de 29.05.2008, do CMN. No trimestre houve transferência da reserva no valor de R\$ 1.131 (R\$ 2.130 em 31.12.2016).

c) JCP Complementares do exercício de 2016

Por meio da Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária realizada em 24.03.2017, foi aprovada a distribuição de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) complementares do exercício findo em 31.12.2016, no montante de R\$ 118.576.

d) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Especificação	31.03.2017	31.12.2016
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para a Venda	83.510	134.788
Ganhos e Perdas Atuariais (Benefícios Pós-Emprego)	(758)	(172.871)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	82.752	(38.083)

Notas Explicativas

NOTA 20 – Outras Receitas/Despesas Operacionais

Especificação	01.01. a 31.03.2017	01.01. a 31.03.2016
a) Receitas de Prestação de Serviços	568.168	519.737
Administração de Fundos de Investimentos	8.016	7.244
Administração de Fundos e Programas	471.331	430.450
Prestação de Serviços	88.821	82.043
b) Rendas de Tarifas Bancárias	16.254	12.369
c) Despesas de Pessoal	(455.911)	(426.027)
Proventos	(269.864)	(251.532)
Encargos Sociais	(95.729)	(90.959)
Plano de Aposentadoria e Pensão - Capef Planos BD e CV I	(24.602)	(20.958)
Plano de Assistência Médica - Carned Plano Natural	(23.140)	(25.032)
Seguro de Vida - Benefício Pós-Emprego	(2.577)	(1.208)
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	(39.999)	(36.338)
d) Outras Despesas Administrativas	(297.242)	(260.835)
Processamento de Dados	(64.273)	(48.230)
Propaganda e Publicidade	(2.353)	(1.831)
Serviços de Terceiros	(115.403)	(108.807)
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(20.262)	(18.964)
Viagens	(3.080)	(2.944)
Comunicações	(8.712)	(7.509)
Depreciação e Amortização	(10.171)	(10.801)
Manutenção e Conservação de Bens	(12.159)	(11.361)
Vigilância, Segurança e Transporte	(22.851)	(20.065)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(2.926)	(1.708)
Serviços do Sistema Financeiro	(11.653)	(7.197)
Serviços Técnicos Especializados	(7.930)	(7.027)
Seguros	(522)	(811)
Emolumento Judicial, Cartorário e Honorários Advocatórios	(10.753)	(10.133)
Contribuição Sindical Patronal e a Entidades Associativas	(606)	(877)
Condomínio, Copa, Cozinha e Alimentação	(1.509)	(1.339)
Outros Valores	(2.079)	(1.231)
e) Despesas Tributárias (Nota 21.d)	(75.095)	(71.645)
Contribuições ao Cofins e PIS/Pasep	(67.379)	(64.707)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(6.748)	(6.022)
Outros Valores	(968)	(916)
f) Outras Receitas Operacionais	489.242	675.385
"Del credere" de Fundos Administrados	323.471	311.027
Varição Cambial Negativa de Empréstimos Obtidos	69.205	307.179
Varição Cambial Negativa Despesa de Captação	47.940	-
Varição Cambial Negativa Obrigação do Fundo Financeiro de Desenvolvimento	2.631	-
Reversão de Provisões Operacionais/Riscos c/Op. do FNE	413	1
Recuperação de Encargos e Despesas	1.129	1.708
Reversão de Provisões Operacionais	5.517	8.788
Juros e Comissões	135	708
Correção Monetária	509	1.012
Resultado da Marcação a Mercado	3.604	22.138
FNE – Recuperação de Valores Honrados pelo Banco	19.301	8.576
Outros Valores	15.387	14.248
g) Outras Despesas Operacionais	(493.578)	(543.647)
Varição Cambial da Área de Câmbio	(156)	-
Varição Cambial Negativa de Empréstimos Concedidos	(72.603)	(201.862)
Atualização Monetária Negativa de Operações de Crédito	-	(39)
Descontos Concedidos em Renegociações	(4.223)	(321)
Encargos de Operações de Crédito	(3.502)	(1.576)
Fiscais	(3.677)	(13.246)
Riscos com Operações do FNE	(289.454)	(194.592)
Riscos com Operações do FDNE	(525)	(12)
Trabalhistas	(7.314)	(4.452)
Causas Cíveis	(45.731)	(11.246)
Outras ⁽¹⁾	(44)	(263)
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	-	(19.688)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	(38.531)
Remuneração FNE Recursos Disponíveis - Lei 7.827 Art.9º-A	(42.394)	(36.932)
Remuneração FNE Recursos Aplicados - Lei 7.827 Art.9º-A	(13.033)	(14.553)
Outros Valores	(10.922)	(6.334)
Total	(248.162)	(94.663)

⁽¹⁾ Em atendimento à Carta Circular nº 3.782 de 19.09.2016 do Bacen, foi transferido o saldo da rubrica "Outros Passivos Contingentes", posição de 31.12.2016, no valor de R\$ 212.

Notas Explicativas

NOTA 21 – Impostos e Contribuições

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Banco está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) pela estimativa, podendo ser suspenso ou reduzido quando a apuração pelo Lucro Real for mais favorável ao Banco, quando comparada com a forma Estimativa. As despesas de IRPJ e CSLL estão demonstradas no quadro abaixo.

a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	01.01 a 31.03.2017	01.01 a 31.03.2016	01.01 a 31.03.2017	01.01 a 31.03.2016
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	5.262	229.899	5.262	229.899
Participações Estatutárias sobre o Lucro (PLR)	-	(3.501)	-	(3.501)
Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	-	(26.147)	-	(26.147)
Resultado antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias e dos JCP (A)	5.262	200.251	5.262	200.251
Adições/Exclusões Permanentes	(10.714)	20.245	(10.671)	20.418
Adições/Exclusões Temporárias	28.713	28.357	28.713	28.357
Resultado Tributável	23.261	248.853	23.304	249.026
Despesas de Provisão de IRPJ e CSLL - antes dos Incentivos Fiscais e da Reserva de Reavaliação	(5.809)	(62.207)	(4.661)	(49.805)
Deduções (Incentivos Fiscais)	549	2.081	-	-
Provisão de Tributos de IRPJ/CSLL sobre a realização da Reserva de Reavaliação	(1.026)	242	(821)	194
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL - após os incentivos e Reserva de Reavaliação	(6.286)	(59.884)	(5.482)	(49.611)
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos – Decorrentes de Créditos Recuperados e IFD	(1.429)	3.816	(794)	2.210
Provisão para IRPJ e CSLL	(7.715)	(56.068)	(6.276)	(47.401)
Créditos Tributários de IRPJ/CSLL – Provisões, IFD e Item Objeto de <i>Hedge</i>	3.097	(21.005)	(12.128)	(24.116)
Total de IRPJ/CSLL (B)	(4.618)	(77.073)	(18.404)	(71.517)
Alíquota Efetiva (%) B/A	87,76	38,49	349,75	35,71
a.2) Especificação da Provisão de IRPJ e CSLL	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.03.2017	31.12.2016	31.03.2017	31.12.2016
Despesa de Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	6.286	180.472	5.482	153.177
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação	(1.026)	968	(821)	775
Provisão de Tributos sobre Ajustes de LPA	-	162	-	133
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 16.d)	5.260	181.602	4.661	154.085
Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de antecipação, inclusive retidos na fonte	(17.783)	(162.776)	(15.119)	(127.628)
Valor dos Tributos a Recolher (a Compensar) do Período	(12.523)	18.826	(10.458)	26.457

Notas Explicativas

b) Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias

Os Créditos tributários de IRPJ e CSLL oriundos de diferenças temporárias das Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) e Provisões para Benefícios Pós-Emprego são registrados conforme disposições das principais normas, quais sejam: Resolução do CMN nº 3.059, de 20.12.2002, Circular Bacen nº 3.171, de 30.12.2002 e Instrução Normativa CVM nº 371, de 27.06.2002 e são fundamentados em Estudos Técnicos sobre Constituição de Ativos e Passivos Fiscais Diferidos, realizados semestralmente, demonstrando a probabilidade de realização do crédito tributário para o prazo de 10 anos.

De acordo com as Circulares Bacen nºs 3.068, de 08.11.2001 e 3.082, de 30.01.2002, foram constituídos créditos tributários sobre ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários (TVM), relativamente aos títulos classificados na categoria Títulos Disponíveis para Venda, bem como sobre Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD).

Especificação	31.03.2017		31.12.2016		31.03.2017	31.12.2016
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	
Efeito no Resultado						
a) Provisões						
Saldo Inicial	1.268.001	864.415	843.437	616.226	2.132.416	1.459.663
Constituição	527.004	421.608	704.980	564.004	948.612	1.268.984
Realização/Reversão	(524.720)	(434.223)	(280.416)	(315.815)	(958.943)	(596.231)
Saldo Final (Nota 10.d)	1.270.285	851.800	1.268.001	864.415	2.122.085	2.132.416
b) Instrumentos Financeiros Derivativos						
Saldo Inicial	-	-	-	-	-	-
Constituição	-	-	8.919	5.352	-	14.271
Realização/Reversão	-	-	(8.919)	(5.352)	-	(14.271)
Saldo Final (Nota 7.c)	-	-	-	-	-	-
c) Item Objeto de Hedge						
Saldo Inicial	2.632	1.579	5.786	3.472	4.211	9.258
Constituição	2.812	1.687	26.004	15.602	4.499	41.606
Realização/Reversão	(1.999)	(1.200)	(29.158)	(17.495)	(3.199)	(46.653)
Saldo Final (Nota 7.c.1)	3.445	2.066	2.632	1.579	5.511	4.211
Efeito no Patrimônio Líquido						
d) TVM						
Saldo Inicial	174.065	110.746	223.773	151.483	284.811	375.256
Constituição	29.279	22.443	495.382	358.110	51.722	853.492
Realização/Reversão	(33.602)	(24.957)	(545.090)	(398.847)	(58.559)	(943.937)
Saldo Final (Nota 7.a.2)	169.742	108.232	174.065	110.746	277.974	284.811

Os saldos dos créditos ativados e não ativados de IRPJ e CSLL estão a seguir demonstrados:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.03.2017	31.12.2016	31.03.2017	31.12.2016
1. Total das Diferenças Temporárias	6.105.028	6.186.088	6.105.028	6.186.088
2. Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	1.526.257	1.546.522	1.192.754	1.237.218
3. Créditos Tributários Ativados sobre Provisões	1.270.285	1.268.001	851.800	864.415
4. Créditos Tributários Ativados decorrentes da marcação a mercado de TVM, IFD e Item Objeto de Hedge	173.187	176.697	110.298	112.325
5. Total de Créditos Tributários Ativados (item 3 + item 4) ⁽¹⁾	1.443.472	1.444.698	962.098	976.740
6. Créditos Tributários Não Ativados (item 2 - item 5) ⁽²⁾	82.785	101.824	230.656	260.478

⁽¹⁾ Os créditos ativados encontram-se registrados em "Outros Créditos-Diversos"

⁽²⁾ Não ativados por não atenderem aos critérios de realização estabelecidos pela Resolução do CMN nº 3.355, de 31.03.2006, e considerando estudo técnico sobre a constituição de ativos e passivos fiscais diferidos.

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de provisões, na posição de 31.03.2017, estão a seguir demonstrados:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média (%) ⁽¹⁾	IRPJ		CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2017	8,76	287.800	281.822	230.240	225.458	518.040	507.280
2018	8,63	160.326	144.523	128.260	115.618	288.586	260.141
2019	8,74	93.225	77.282	55.935	46.369	149.160	123.651
2020	8,62	121.965	93.082	73.179	55.849	195.144	148.931
2021	8,54	214.613	150.904	128.769	90.543	343.382	241.447
2022	8,54	186.651	120.917	111.991	72.550	298.642	193.467
2023	8,54	51.772	30.899	31.062	18.540	82.834	49.439
2024	8,54	50.270	27.643	30.163	16.586	80.433	44.229
2025	8,54	51.177	25.927	30.707	15.556	81.884	41.483
2026	8,54	42.736	19.947	25.641	11.968	68.377	31.915
Acima de 2026	8,54	9.750	4.193	5.853	2.517	15.603	6.710
Total		1.270.285	977.139	851.800	671.554	2.122.085	1.648.693

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – Selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 31.03.2017.

Notas Explicativas

Os créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado de TVM, de IFD e de Item Objeto de *Hedge* apurados pelo valor presente de realização, na forma das Circulares Bacen nºs 3.068, de 08.11.2001 e 3.082, de 30.01.2002, serão realizados de acordo com os vencimentos dos títulos:

Período	IRPJ		CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2017	9.453	9.453	7.563	7.563	17.016	17.016
2018	22.477	22.477	17.982	17.982	40.459	40.459
2019	7.583	7.583	4.550	4.550	12.133	12.133
2020	367	367	220	220	587	587
2021	2.097	2.097	1.258	1.258	3.355	3.355
2022	3.597	3.597	2.158	2.158	5.755	5.755
Acima de 2026	127.613	127.613	76.567	76.567	204.180	204.180
Total	173.187	173.187	110.298	110.298	283.485	283.485

Os valores totais previstos de realizações dos créditos tributários na posição de 31.03.2017 estão a seguir demonstrados:

Período	IRPJ		CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil ⁽²⁾	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2017	297.253	291.275	237.803	233.021	535.056	524.296
2018	182.803	167.000	146.242	133.600	329.045	300.600
2019	100.808	84.865	60.485	50.919	161.293	135.784
2020	122.332	93.449	73.399	56.069	195.731	149.518
2021	216.710	153.001	130.027	91.801	346.737	244.802
2022	190.248	124.514	114.149	74.708	304.397	199.222
2023	51.772	30.899	31.062	18.540	82.834	49.439
2024	50.270	27.643	30.163	16.586	80.433	44.229
2025	51.177	25.927	30.707	15.556	81.884	41.483
2026	42.736	19.947	25.641	11.968	68.377	31.915
Acima de 2026	137.363	131.806	82.420	79.084	219.783	210.890
Total	1.443.472	1.150.326	962.098	781.852	2.405.570	1.932.178

Notas Explicativas

c) Provisões para Impostos e Contribuições Diferidos

Especificação	31.03.2017		31.12.2016		31.03.2017	31.12.2016
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	
Efeito no Resultado						
a) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)						
Saldo Inicial	2.661	1.597	5.781	3.469	4.258	9.250
Constituição	2.783	1.670	14.318	8.591	4.453	22.909
Realização/Reversão	(2.001)	(1.200)	(17.438)	(10.463)	(3.201)	(27.901)
Saldo Final (Nota 7.c)	3.443	2.067	2.661	1.597	5.510	4.258
b) Reserva de Reavaliação						
Saldo Inicial	1.281	1.024	2.249	1.799	2.305	4.048
Constituição	25	20	-	-	45	-
Realização/Reversão	(503)	(402)	(968)	(775)	(905)	(1.743)
Saldo Final (Nota 16.d)	803	642	1.281	1.024	1.445	2.305
c) Decorrentes de Créditos Recuperados ⁽¹⁾						
Saldo Inicial	61.352	40.761	56.342	42.172	102.113	98.514
Constituição	711	472	5.106	3.349	1.183	8.455
Realização/Reversão	(64)	(148)	(96)	(4.760)	(212)	(4.856)
Saldo Final (Nota 16.d)	61.999	41.085	61.352	40.761	103.084	102.113
Efeito no Patrimônio Líquido						
d) TVM						
Saldo Inicial	12.311	8.359	947	667	20.670	1.614
Constituição	77.198	46.342	76.230	47.382	123.540	123.612
Realização/Reversão	(46.920)	(28.566)	(64.866)	(39.690)	(75.486)	(104.556)
Saldo Final (Nota 7.a.2 e Nota 16.d)	42.589	26.135	12.311	8.359	68.724	20.670

⁽¹⁾ Na forma do artigo 12 da Lei nº 9.430, de 27.12.1996.

As provisões sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários, Item Objeto de *Hedge* e Instrumentos Financeiros Derivativos, pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	IRPJ		CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2017	2.908	2.908	2.326	2.326	5.234	5.234
2019	3.571	3.571	2.143	2.143	5.714	5.714
2022	22	22	13	13	35	35
2023	127	127	76	76	203	203
Acima de 2026	39.404	39.404	23.644	23.643	63.048	63.047
Total	46.032	46.032	28.202	28.201	74.234	74.233

As provisões sobre as Reservas de Reavaliação, apuradas pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média (%) ⁽¹⁾	IRPJ		CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2017	8,76	723	708	578	566	1.301	1.274
2018	8,63	80	72	64	58	144	130
Total		803	780	642	624	1.445	1.404

Notas Explicativas

As provisões sobre os Créditos Recuperados, na forma do artigo 12 da Lei nº 9.430, de 27.12.1996, apuradas pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média ⁽¹⁾	IRPJ		CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2017	8,76	10.053	9.845	8.043	7.876	18.096	17.721
2018	8,63	9.381	8.456	7.505	6.765	16.886	15.221
2019	8,74	7.932	6.575	4.759	3.945	12.691	10.520
2020	8,62	6.483	4.948	3.890	2.969	10.373	7.917
2021	8,54	4.382	3.081	2.629	1.848	7.011	4.929
2022	8,54	4.269	2.765	2.561	1.659	6.830	4.424
2023	8,54	4.304	2.568	2.582	1.541	6.886	4.109
2024	8,54	4.509	2.480	2.706	1.488	7.215	3.968
2025	8,54	4.170	2.113	2.502	1.268	6.672	3.381
2026	8,54	1.086	507	652	304	1.738	811
Acima de 2026	8,54	5.430	2.335	3.256	1.401	8.686	3.736
Total		61.999	45.673	41.085	31.064	103.084	76.737

Os valores totais das provisões dos passivos tributários, na posição de 31.12.2016, estão a seguir demonstrados:

Período	IRPJ		CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil ⁽²⁾	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2017	13.684	13.461	10.947	10.768	24.631	24.229
2018	9.462	8.528	7.569	6.823	17.031	15.351
2019	11.503	10.146	6.902	6.088	18.405	16.234
2020	6.483	4.948	3.890	2.969	10.373	7.917
2021	4.382	3.081	2.629	1.848	7.011	4.929
2022	4.291	2.787	2.574	1.672	6.865	4.459
2023	4.431	2.695	2.658	1.617	7.089	4.312
2024	4.509	2.480	2.706	1.488	7.215	3.968
2025	4.170	2.113	2.502	1.268	6.672	3.381
2026	1.086	507	652	304	1.738	811
Acima de 2026	44.833	41.739	26.901	25.044	71.734	66.783
Total	108.834	92.485	69.930	59.889	178.764	152.374

d) Despesas Tributárias

Especificação	01.01 a 31.03.2017	01.01 a 31.03.2016
Contribuição ao Cofins e PIS/Pasep	(67.379)	(64.707)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(6.748)	(6.022)
Outros Valores	(968)	(916)
Total (Nota 20.e)	(75.095)	(71.645)

Notas Explicativas

NOTA 22 – Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

- a) O Banco é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista e outros que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender a probabilidade de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos, conforme quadro a seguir:

Especificação	31.03.2017		31.12.2016	
	Valor da Base	Provisão	Valor da Base	Provisão
a) Contingenciais	3.689.078	242.353	3.492.249	237.768
a.1) Fiscais (Nota 22 f.1.i)	3.232.016	68.579	3.035.605	64.902
Provável	68.579	68.579	64.902	64.902
Possível	3.032.621	-	2.844.284	-
Remota ⁽¹⁾	130.816	-	126.419	-
a.2) Trabalhistas	457.062	173.774	456.644	172.866
Provável (Nota 22 f.1.ii)	173.774	173.774	172.866	172.866
Possível	152.320	-	145.990	-
Remota	130.968	-	137.788	-
b) Outras Provisões Passivas				
b.1) Causas Cíveis	5.577.962	171.214	5.483.090	166.126
Provável (Nota 22 f.1.iii)	171.214	171.214	166.126	166.126
Possível	1.138.433	-	1.256.790	-
Remota ⁽²⁾	4.268.315	-	4.060.174	-
b.2) Outras (Nota 22 f.1.iv)	735.055	11.397	711.329	11.572
i) Operações Securitizadas	10.464	10.464	10.673	10.673
ii) Outras				
Provável	933	933	899	899
Possível	10.078	-	9.716	-
Remota ⁽³⁾	724.044	-	700.714	-

⁽¹⁾ O montante das contingências relacionadas às causas fiscais classificadas como risco remoto está concentrado em 01 (um) processo que apresenta saldo da ordem de R\$ 108.484 na posição 31.03.2017. Na posição de 31.12.2016, o risco estava concentrado em 01 (um) processo que apresentara saldo da ordem de R\$ 105.310.

⁽²⁾ O montante das contingências relacionadas às causas cíveis classificadas como risco remoto está concentrado em 05 (cinco) processos que apresentaram saldo da ordem de R\$ 2.550.651, na posição 31.03.2017. Na posição de 31.12.2016, o risco estava concentrado em 05 (cinco) processos, que apresentaram saldo da ordem de R\$ 2.456.133.

⁽³⁾ O montante das contingências relacionadas às outras causas classificadas como risco remoto está concentrado em 01 (um) processo que apresenta saldo de R\$ 722.016, na posição 31.03.2017. Na posição de 31.12.2016 o risco estava concentrado em 1 (um) processo que apresentara saldo da ordem de R\$ 698.862.

- b) O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedades de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de cobrança de dívidas oriundas de operações de crédito, cuja avaliação da provisão e do passivo contingente é realizada pela área jurídica do Banco.
- c) Os processos de natureza fiscal, enquadrados como Obrigação Legal nos termos da Carta Circular Bacen nº 3.429, de 11.02.2010, cujos valores foram apresentados no quadro acima, têm como objeto de discussão os tributos municipais.
- d) A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que o Banco é parte, classificados como risco de perda possível:

Fiscal

Seis ações que visam desconstituir auto de infração. As estimativas de perdas financeiras perfazem R\$ 2.871.110 na data base de 31.03.2017. Na posição de 31.12.2016 as estimativa de perdas financeiras para esses processos totalizavam R\$ 2.693.427.

Cível

Ação que visa lucros cessantes e pagamento de taxa de administração. A estimativa de valor perfaz, na data base de 31.03.2017, R\$ 222.070. Na posição de 31.12.2016, a estimativa de valor, para este processo, era de R\$ 213.840.

Ação que visa pagamento de honorários. A estimativa de valor perfaz, na data base de 31.03.2017, R\$ 86.511. Na posição de 31.12.2016, a estimativa de valor, para este processo, era de R\$ 83.305.

Ação que visa repetição de indébito. A estimativa de valor perfaz, na data base de 31.03.2017, R\$ 61.952. Na posição de 31.12.2016, a estimativa de valor, para este processo, era de R\$ 59.656.

Notas Explicativas

Ação que visa indenização. A estimativa de valor perfaz, na data base de 31.03.2017, R\$ 91.854. Na posição de 31.12.2016, a estimativa de valor, para este processo, era de R\$ 52.748.

Ação iniciada em 2014, relativamente a Benefícios Pós-Emprego. A estimativa de valor, de risco possível, perfaz, na data-base de 31.03.2017, R\$ 34.026. Na posição de 31.12.2016, R\$ 34.026.

- e) Os Depósitos Judiciais e Recursais em garantia de processos judiciais e administrativos, constituídos para as contingências passivas prováveis, possíveis e/ou remotas, estão assim representados:

Especificação	31.03.2017	31.12.2016
Demandas Trabalhistas	473.705	463.666
Demandas Fiscais	128.684	126.816
Demandas Cíveis	73.606	72.857
Total	675.995	663.339

f) Movimentação das Provisões

f.1) Fiscais, Trabalhistas, Cíveis e Outras

Especificação	31.03.2017	31.12.2016
i) Fiscais		
Saldo inicial	64.902	47.584
Constituição	3.822	23.930
Reversão	(145)	(5.121)
Baixa	-	(1.491)
Saldo Final (Nota 22.a.1)	68.579	64.902
ii) Trabalhistas		
Saldo Inicial	172.866	249.461
Constituição	9.710	113.406
Reversão	(2.863)	(41.995)
Baixa	(5.939)	(148.006)
Saldo Final (Nota 22.a.2)	173.774	172.866
iii) Cíveis		
Saldo Inicial	166.126	142.592
Constituição	47.601	70.865
Reversão	(2.483)	(27.237)
Baixa	(40.030)	(20.094)
Saldo Final (Nota 22.b.1)	171.214	166.126
iv) Outras		
Saldo inicial	11.504	38.520
Constituição	45	1.928
Reversão	(152)	(407)
Baixa	-	(28.469)
Saldo Final (Nota 22.b.2) ⁽¹⁾	11.397	11.572

⁽¹⁾ Registram valores correspondentes ao risco de crédito sobre operações securitizadas, com fundamento na Lei nº 9.138, de 29.11.1995, e que se encontram alocadas em contas de compensação, que até 31.12.2016 eram contabilizados em "Outros Passivos Contingentes". Saldo em 31.03.2017: R\$ 10.464 (R\$ 10.577, em 31.12.2016). Em 31.03.2017, não se registra saldo referente à provisão para fazer frente aos riscos de perdas decorrentes do Inventário de Operações de Crédito (R\$ 96, em 31.12.2016).

Notas Explicativas

f.2) Provisões para Garantias Financeiras Prestadas

Especificação	31.03.2017	31.12.2016
i) FNE		
Saldo Inicial	3.229.308	2.792.367
Constituição	510.400	1.785.737
Reversão/Utilização/Baixa	(356.215)	(1.348.796)
Saldo Final (Nota 16.i)	3.383.493	3.229.308
ii) FDNE		
Saldo Inicial	604	654
Constituição	525	33
Reversão/Utilização/Baixa	-	(83)
Saldo Final (Nota 16.i)	1.129	604
iii) Proagro		
Saldo Inicial	1.088	2.644
Constituição	3	668
Reversão/Utilização/Baixa	(842)	(2.224)
Saldo Final (Nota 16.i)	249	1.088

- g) A provisão para fazer face ao risco do Banco em operações de crédito com indícios de irregularidades importa em R\$ 41.620 (R\$ 43.347 em 31.12.2016) e compõe o saldo da rubrica "Provisões para Garantias Financeiras Prestadas".

NOTA 23 – Remuneração Paga a Funcionários e Administradores (Em Reais)

a) Remuneração Mensal de Funcionários

Remuneração Bruta ⁽¹⁾	01.01 a 31.03.2017	01.01 a 31.03.2016
Máxima	39.549	36.619
Mínima	1.570	1.427
Média	10.339	9.274

⁽¹⁾ Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

b) Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal no Período

Especificação	31.03.2017	31.03.2016	31.03.2017	31.03.2016	31.03.2017	31.03.2016
Remuneração Bruta ⁽¹⁾	Diretoria		Conselho de Administração		Conselho Fiscal	
Maior remuneração individual ⁽²⁾	190.113	195.053	16.800	16.785	15.770	15.756
Menor remuneração individual ⁽³⁾	135.722	135.814	12.874	12.862	12.874	12.862
Remuneração média individual ⁽⁴⁾	192.323	176.489	13.528	13.647	14.032	14.020
Número de membros ⁽⁵⁾	7	7	6	5	5	5

⁽¹⁾ Valores aprovados pela 99ª reunião da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14.12.2016.

⁽²⁾ Apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no período.

⁽³⁾ Apurado com a exclusão de todos os membros que não tenham exercido o cargo pelo período todo.

⁽⁴⁾ Corresponde à divisão do valor total da remuneração do período de cada órgão pelo número de membros.

⁽⁵⁾ O número de membros corresponde a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

Em 31.03.2017, o número de funcionários do Banco totalizava 7.205 (7.214 em 31.12.2016), registrando-se uma redução de 0,12% no quadro de pessoal.

NOTA 24 – Benefícios Pós-Emprego

Na forma preconizada na Resolução nº 4.424, do CMN, que recepcionou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, são apresentadas, a seguir, as informações sobre benefícios pós-emprego. As avaliações atuariais são realizadas por atuário independente habilitado, com base em informações fornecidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Capef), Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste (Camed) e Banco.

Notas Explicativas

a) Descrição geral das características dos Planos de Benefícios

a.1) Planos de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil

O Banco é patrocinador de dois planos de previdência complementar denominados, Benefícios Definidos (BD) e Contribuição Variável (CV I) administrados pela Capef, entidade fechada de previdência complementar, que oferecem aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes

Em termos gerais, os benefícios do plano BD são calculados com base na diferença entre o salário de contribuição do empregado e o benefício de aposentadoria do INSS, ponderada pelo número de contribuições pagas ao plano, limitado a 360, incluindo eventual parcela de prorrogação de expediente proporcional ao número de contribuições pagas sobre esta parcela, todos vigentes em julho de 1997 e projetados, de acordo com o regulamento do plano até a data de aposentadoria do participante. Além disso, é descontada do benefício uma taxa equivalente a 21,25%, a título de contribuição extraordinária, resultando, de forma geral, 78,75% do salário de contribuição médio.

Os benefícios de aposentadoria programada do plano CV I são calculados com base no saldo da conta individual de cada participante, existente na data da aposentadoria e são pagos em duas fases, a primeira na forma de renda certa com prazo certo, na modalidade Contribuição Definida (CD) e a segunda na forma de renda vitalícia na modalidade Benefício Definido (BD). Além disso, o plano oferece cobertura para benefícios não programados, como invalidez e morte em atividade, sendo estes benefícios avaliados pelo Banco como benefício definido.

O plano CV I conta com o Fundo de Solvência Atuarial que será utilizado para cobertura de eventuais insuficiências atuariais futuras dos portfólios previdenciais mutualistas e com o Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos, com o objetivo de suprir o pagamento de capitais complementares nos casos de invalidez ou morte do participante, referentes à cobertura securitária dos benefícios decorrentes desses eventos. O Fundo de Solvência Atuarial é formado por valores recebidos mensalmente dos participantes, a partir da aplicação da taxa de solvência atuarial sobre o valor das contribuições de participantes ativos; saldo da conta de patrocinador relativo ao participante ativo que tenha optado pelo instituto do resgate e pelo valor obtido pela recomposição do capital complementar por invalidez em caso de retorno do participante assistido em virtude de aposentadoria por invalidez, tendo retornado à condição de válido, desde que o referido capital complementar por invalidez tenha sido proveniente de instituição seguradora. O Fundo Mutualista para Benefícios de Risco é constituído a partir da aplicação da taxa de risco (de morte e invalidez) sobre as contribuições recebidas mensalmente dos participantes ativos.

Segundo os estatutos dos Planos BD e CV I, são responsáveis pela administração e fiscalização da Capef os seguintes órgãos estatutários: Conselho Deliberativo, Diretoria-Executiva e Conselho Fiscal.

O Conselho Deliberativo é o órgão de decisão e orientação superior, cabendo-lhe precipuamente a definição da política de administração da Capef e de seus planos de benefícios, sendo formado por representantes do Banco, por participantes ativos e representante dos participantes e beneficiários assistidos.

A Diretoria Executiva é responsável por executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente, no Estatuto e nos regulamentos dos planos de benefícios e nos Convênios e Termos de Adesão.

O Conselho Fiscal é o órgão de controle interno, cabendo-lhe, principalmente, as funções de acompanhamento e fiscalização das atividades da Capef.

Os planos BD e CV I são regidos pela Resolução MPS/CGPC nº 26 de 29.09.2008, alterada pelas Resoluções CNPC nº 10, de 19.12.2012, nº 13, de 04.11.2013, nº 14, de 24.02.2014, nº 16, de 19.11.2014 e nº 22, de 25.11.2015 que preveem as condições e procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário. De acordo com a legislação citada, o superávit do Plano CV I, no âmbito da Capef está integralmente alocado na Reserva de Contingência e para fins de atendimento ao disposto na Resolução nº 4.424, do CMN, que recepcionou o CPC 33 (R1), não é reconhecido pelo Banco, conforme citado no inciso II, do subitem b.1.

a.1.1) Regime Atuarial no âmbito dos Planos Administrados pela Capef

O plano BD, classificado na modalidade de benefício definido, adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas a todos os benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários. O plano CV I conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido. Esse plano adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas aos benefícios programados e o regime de capitais de cobertura para os demais benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários.

Notas Explicativas

a.1.2) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 31.03.2017, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação aos planos BD e CV I, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido dos planos.

a.1.3) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinadora)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco atende a paridade estabelecida na Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.1998, registrando, em 31.03.2017, a relação contributiva de 1:1 (Em 31.12.2016, 1:1).

a.2) Plano de Assistência Médica

O Banco é patrocinador e mantenedor de plano de saúde administrado pela Camed, denominado Plano Natural, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

O plano natural está adaptado à Lei nº 9.656 de 03.06.1998, que regulamenta os planos de saúde no Brasil. A Camed encontra-se registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), órgão regulador do setor, sob o número 38.569-7.

A Camed está sujeita à constituição de garantias financeiras estabelecidas pela ANS, para atendimento aos requisitos de Patrimônio Mínimo Ajustado exigido para operação, Margem de Solvência e constituição de Provisões Técnicas no que diz respeito a garantir os pagamentos à rede de prestadores de serviços, mediante vinculação de ativos garantidores na forma estabelecida pela regulamentação.

A Camed tem como órgãos estatutários: Corpo Social, Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

O Conselho Deliberativo da Camed é órgão de acompanhamento e de superior deliberação administrativa, sendo formado por representantes do Banco e do Corpo Social. A Diretoria Executiva é responsável por executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente e no Estatuto da Camed. .

O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização dos atos de gestão da Camed, cabendo-lhe, essencialmente, as funções de acompanhamento e orientação das atividades da empresa.

a.2.1) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 31.03.2017, obrigações vencidas e dívidas de contribuições em relação a esse plano, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido do plano.

a.2.2) Contribuições

O Plano Natural é custeado, basicamente, pela contribuição social paga pelos associados, pelas contribuições referentes à inscrição de dependentes naturais, por taxa de proteção financeira, por taxa de serviço de urgência e emergência, pela coparticipação financeira paga pelo associado sobre os eventos utilizados e por contribuição paritária de responsabilidade do Banco.

Em 2016, a Camed iniciou a devolução das contribuições anteriormente antecipadas pelo Banco, da seguinte forma: a) em pagamento único: R\$ 22.504; e b) o saldo restante em parcelas mensais de R\$ 432.

a.2.3) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinadora)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco atende a paridade estabelecida na Resolução nº 09, de 08.10.1996, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (CCE), registrando em 31.03.2017, a relação contributiva de 1:1 (Em 31.12.2016, 1:1).

a.3) Seguro de Vida em Grupo

O Banco mantém como política de benefícios aos seus empregados, contrato de apólice coletiva de seguro de vida em grupo, destinada a seus empregados e ex-empregados aposentados. A apólice prevê cobertura básica: morte por causas naturais e acidentais e cobertura adicional de invalidez por acidente e por doença. Os prêmios de seguro são determinados pela aplicação de taxas por faixas etárias, contribuindo os empregados com 50% do valor desse prêmio e o Banco com os demais 50%, na forma do Acordo Coletivo de Trabalho 2016/2018. Os ex-empregados aposentados são responsáveis pelo pagamento integral do valor do prêmio. A cada semestre, o Banco avalia atuarialmente o benefício, que se constitui em subsídio indireto aos assistidos.

Notas Explicativas

a.3.1) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 31.03.2017, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação ao seguro de vida em grupo, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido relativa ao seguro de vida.

a.4) Exposição ao risco

Os planos BD, CV I, Natural e Seguro de Vida em Grupo estão expostos, principalmente, aos seguintes riscos:

Plano	Tipo de Risco	Descrição do Risco
BD/ CV I/ Natural	Risco Atuarial	O risco atuarial está relacionado à incapacidade do plano de honrar os pagamentos dos benefícios, devido à adoção de tábuas atuariais inadequadas, utilização de premissas atuarias não aderentes ou ainda descasamento entre ativos e passivos. No caso de planos de saúde refere-se à atividade de prestação de serviços por meio de rede credenciada e/ou reembolso de eventos de saúde suplementar. Está relacionado tanto a adequação das bases técnicas utilizadas na precificação como também à adequação do nível de provisionamento. Em algum momento, eventuais desequilíbrios nestas duas variáveis refletem na sinistralidade da Operadora.
BD/ CV I/ Natural	Risco de Liquidez	O risco de liquidez é a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre os ativos negociados e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de dispor de recursos imediatos para pagamento dos benefícios e demais obrigações do plano.
BD/ CV I/ Natural	Risco Operacional/Legal	O risco operacional está associado a perdas resultantes da operação do plano e pode ser subdividido em quatro categorias: risco de pessoas (despreparo, negligência ou fraude); risco de processos (organização ineficiente, fluxo de informações e de processos deficiente, responsabilidades mal definidas, etc.); risco legal (decorrente de procedimentos e rotinas que desrespeitam o ordenamento jurídico); e risco de tecnologia (processamento de dados sujeitos a erros e falhas de equipamentos).
BD/ CV I/ Natural/Seguro de Vida em Grupo	Risco de Mercado	O risco de mercado está relacionado às variações nas taxas de juros e preços dos ativos que influenciam no desempenho econômico-financeiro do plano de benefícios.
BD e CV I	Risco de Crédito	O risco de crédito surge quando as contrapartes não desejam ou não são capazes de cumprir suas obrigações contratuais. Seu efeito é medido pelo custo de reposição de fluxo de caixa em caso de inadimplência da contraparte. O rebaixamento da classificação por agências especializadas também pode gerar a elevação do risco de crédito, tendo em vista que a confiança dos investidores é impactada, podendo gerar redução no valor de mercado das organizações.
BD/ CV I/ Natural/ Seguro de Vida em Grupo	Risco de longevidade	O valor presente do passivo dos planos é calculado com a melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.
Natural	Risco de despesas administrativas	Risco gerado pela possibilidade das despesas administrativas serem superiores às estimadas na avaliação, aumentando o passivo atuarial.
BD/ Natural	Risco de postergação de entrada em aposentadoria	O valor presente do passivo do plano é calculado considerando uma possibilidade de postergação da entrada em aposentadoria, caso essa postergação não se efetive valor do passivo tende a aumentar.
CV I	Risco de entrada em invalidez ou ocorrência de morte e cobertura de capitais complementares	Risco de o participante entrar em invalidez ou no caso de morte, sem a constituição de reserva suficiente para arcar com os benefícios.

a.5) Número de Participantes dos Planos de Benefícios Pós-emprego

Especificação	Ativos	Assistidos	Total
Plano BD	1.718	4.760	6.478
Plano CV I	5.126	105	5.231
Plano Natural	6.828	4.784	11.612
Seguro de Vida em Grupo	5.206	3.434	8.640

Notas Explicativas

a.6) Estratégias de Confrontação de Ativos e Passivos

Os riscos atuariais associados ao Plano BD estão relacionados à variação e alterações da base cadastral e aos eventos expressos pelas tábuas atuariais. Não há expectativa de variação nos valores de salário de contribuição ou de benefício além daqueles previstos no regulamento do plano.

Em relação ao Plano CV I, o risco atuarial é reduzido, pois as obrigações relativas a contas individuais de participantes e a benefícios prestados em fase de renda certa a prazo certo apresentam proteção integral contra o surgimento de déficits atuariais, embora que as obrigações previdenciais, de menor dimensão, relativas aos benefícios prestados em fase de renda vitalícia possam eventualmente vir a desenvolver desequilíbrios atuariais. Para essas obrigações existem mecanismos de proteção contra o surgimento de déficits atuariais tais como: i) a constituição de fundos previdenciais; e ii) o reajuste de benefício calculado com base na taxa nominal de rentabilidade dos investimentos obtida, com as limitações previstas no regulamento. Esse plano conta ainda com fundos previdenciais que têm por objetivo restabelecer o equilíbrio atuarial do plano quando ocorrer insuficiência atuarial e ainda prover à cobertura securitária dos benefícios decorrentes de invalidez ou óbito de participante. Além disso, para ambos os planos, são realizadas atualizações cadastrais periódicas, além de estudos técnicos específicos para aferir a aderência e convergência das hipóteses utilizadas nas avaliações atuariais dos planos.

A Capéf conta com áreas específicas para administração dos investimentos, além de assessoria de gestão que reforça o monitoramento dos riscos de investimentos. Diariamente, os investimentos são acompanhados de modo a se verificar questões voltadas a enquadramentos, retornos dos ativos e acompanhamento da evolução da meta atuarial do plano. São realizadas reuniões mensais do Comitê de Investimento, onde são discutidos os riscos envolvidos nas operações, impactos no plano, questões de enquadramentos e análise de cenário econômico, bem como são elaborados relatórios trimestrais de risco, com simulação da rentabilidade mensal e anual, confrontação dos retornos dos ativos com a meta atuarial ao longo do tempo, liquidez do plano projetada no longo prazo, fronteira eficiente de "Markovitz" para os fundos de renda variável; acompanhamento dos ativos de títulos privados, comentários sobre os investimentos das diversas carteiras de investimentos, o VaR dos segmentos de renda fixa e renda variável. Anualmente é realizado o estudo de *Asset Liability Management* (ALM) que objetiva auxiliar os administradores do plano na escolha do portfólio mais adequado aos seus objetivos, levando em consideração as características e as particularidades dos ativos e da situação financeira do plano. O resultado desse estudo permite que sejam feitos investimentos de longo prazo, sem comprometer as obrigações, bem como o atingimento da meta atuarial.

Com relação ao plano natural, destaca-se o risco atuarial ou de subscrição, associado à atividade de prestação de serviços por meio de rede credenciada e/ou reembolso de eventos de saúde suplementar. Esse risco está relacionado tanto à adequação das bases técnicas utilizadas na precificação como também à adequação do nível de provisionamento. A avaliação dos riscos pela Camed é realizada mediante a elaboração de estudos atuariais, por meio de análise detalhada do plano.

A Camed possui instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. Os critérios para aplicações financeiras consideram os limites de alocação de recursos em conformidade com a regulamentação estabelecida pela ANS e o risco de crédito associado a essas aplicações é atenuado pela restrição de suas operações a instituição financeira considerada de primeira linha pelo mercado e concentração das aplicações em títulos públicos e privados de renda fixa e curto prazo de vencimento. O risco de crédito associado à possibilidade do não recebimento de valores de mensalidades e taxas que é mitigado pela possibilidade de cobrança em folha de pagamento e por meio de autorização de débito em conta corrente, bem como pela possibilidade legal de interrupção do atendimento aos beneficiários de planos de saúde após determinado período de inadimplência. O gerenciamento de riscos acompanha as alterações nos cenários de exposição a que a Camed está sujeita.

b) Obrigação Líquida

Especificação	31.03.2017	31.12.2016
Plano BD (Notas 16.i e 28.a.2)	356.045	363.118
Plano Natural (Notas 16.i e 28.a.2)	819.738	807.550
Seguro de Vida (Notas 16.i e 28.a.2)	118.316	116.899

Notas Explicativas

c) Valores Reconhecidos no Resultado

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	01.01 a 31.03.2017	01.01 a 31.03.2016	01.01 a 31.03.2017	01.01 a 31.03.2016
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(2.020)	(1.810)	389	172
2. Juros Líquidos	(8.646)	(6.587)	-	-
3. Total (item 1 + item 2)	(10.666)	(8.397)⁽¹⁾	389⁽²⁾	172⁽²⁾

⁽¹⁾ Inclusive contribuições de funcionários cedidos: Plano BD - 01.01 a 31.03.2016: R\$ 2.

⁽²⁾ Esse valor foi registrado na rubrica "Reversão de Provisões Operacionais".

Especificação	Plano Natural		Seguro de Vida	
	01.01 a 31.03.2017	01.01 a 31.03.2016	01.01 a 31.03.2017	01.01 a 31.03.2016
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(2.085)	(185)	472	563
2. Juros Líquidos	(21.067)	(24.858)	(3.050)	(1.772)
3. Total (item 1 + item 2)⁽³⁾	(23.152)	(25.043)	(2.578)	(1.209)

⁽³⁾ Inclusive contribuições de funcionários cedidos: Plano Natural - 01.01 a 31.03.2017: R\$ 12; e 01.01 a 31.03.2016: R\$ 11 e Seguro de Vida em grupo - 01.01 a 31.03.2017: R\$ 1; e 01.01 a 31.03.2016: R\$ 1.

As contribuições referentes à parte CD do plano CV I foram contabilizadas em despesas de benefícios pós-emprego, conforme abaixo:

Especificação	01.01 a 31.03.2017	01.01 a 31.03.2016
1. Contribuições (Parte CD) ⁽⁴⁾	(12.349)	(11.097)

⁽⁴⁾ Inclusive contribuições de funcionários cedidos: Plano CV I - 01.01 a 31.03.2017: R\$ 61; e 01.01 a 31.03.2016: R\$ 77.

As despesas administrativas do plano BD estão contabilizadas em despesas de benefícios pós-emprego, conforme abaixo:

Especificação	01.01 a 31.03.2017	01.01 a 31.03.2016
1. Despesas Administrativas	(1.648)	(1.543)

d) Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido

Durante o período de 01.01 a 31.03.2017 e 01.01 a 31.03.2016 não há registro de ganhos (perdas) para os planos BD, Natural e Seguro de Vida em grupo, pois não foram realizadas avaliações atuariais na data-base: 31.03.2017 e 31.03.2016. No caso do plano CV I, os ganhos (perdas) atuariais registrados do período, referem-se ao efeito do teto de ativo, conforme abaixo:

Especificação	Plano CV I	
	31.03.2017	31.03.2016
Ganhos (Perdas) atuariais	(758)	(511)

NOTA 25 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

- a) O patrimônio do FNE, no montante de R\$ 69.326.413 (R\$ 67.428.548 em 31.12.2016), está registrado em contas de compensação do Banco "Patrimônio de Fundos Públicos Administrados".
- b) As disponibilidades e os recursos comprometidos com operações de crédito, que representam as disponibilidades do FNE, no valor total de R\$ 18.551.194 (R\$ 16.665.297 em 31.12.2016), registrados no título "Outras Obrigações/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento" são remunerados pela taxa extramercado. No trimestre, a despesa com remuneração dessas disponibilidades foi de R\$ 501.647 (R\$ 369.544 em 31.03.2016).
- c) A provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:
- c.1) nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;
 - c.2) para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se os financiamentos do Programa da Terra e as operações no âmbito do Pronaf (Grupos A, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial,

Notas Explicativas

Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca 2012 e Seca-2012-Custeio), o risco do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999; e

- c.3)** o risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em Devedores por Repasses do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração nº 616, de 26.05.2003. Nos financiamentos contratados com recursos do FNE, com base na Lei nº 12.716, de 21.09.2012, destinados à liquidação de operações do Banco com outras fontes de recursos, permanecerá a mesma posição de risco da operação a ser liquidada. A composição dos saldos dos financiamentos e das provisões contabilizadas em “Provisão para Garantias Financeiras Prestadas” do Banco é a seguinte:

Nível de Risco	Saldos	Provisão em 31.03.2017	Provisão em 31.12.2016
AA	10.577.901	-	-
A	9.772.354	24.560	27.119
B	9.487.026	47.834	48.565
C	2.414.062	36.081	32.843
D	1.753.628	87.625	89.640
E	729.777	109.440	94.982
F	809.662	202.467	102.062
G	702.574	247.117	258.215
H ⁽¹⁾	5.176.221	2.628.371	2.575.882
Total	41.423.205	3.383.495	3.229.308

⁽¹⁾ o saldo da Provisão de 31.03.2017 inclui R\$ 41.620 (R\$ 43.347 em 31.12.2016), decorrente de operações de crédito com indícios de irregularidades.

- d)** para as operações contratadas até 30.11.1998, o *del credere* do Banco ficou reduzido a zero. Para as contratações efetuadas após essa data, o *del credere* é de 3% a.a., quando o risco for de 50% e de 6% a.a., quando contratadas em nome do próprio Banco ao amparo de repasses com base no artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989. Nas operações reclassificadas para o FNE com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o *del credere* é de 3% a.a. ou de 6% a.a., conforme regulamentado na Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional. A receita de *del credere* foi de R\$ 321.561 (R\$ 309.225 em 31.03.2016).

- e)** a taxa de administração de 3% a.a. é calculada sobre o patrimônio líquido do FNE, deduzido dos valores objeto de contrato de repasse com o Banco, dos saldos dos repasses a outras instituições com risco integral do Banco e dos saldos das aplicações no âmbito do Pronaf (Grupos B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012/Custeio), ficando limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional. No período, a taxa de administração foi de R\$ 376.066 (R\$ 342.099 em 31.03.2016).

NOTA 26 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

O FAT é um fundo especial, de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. As principais ações financiadas pelo Banco com recursos do FAT encontram-se descritas conforme abaixo:

Especificação	Tade	31.03.2017	31.12.2016
Proger-Urbano Investimento	017/2006	2.055	2.526
FAT - Infraestrutura	018/2006	167.088	173.200
Protrabalho Investimento	004/2007	186.075	192.365
PNMPO	001/2010	92.281	96.514
Total		447.499	464.605

As obrigações contraídas junto ao FAT, registradas em “Depósitos Especiais com Remuneração”, da ordem de R\$ 237.110 (R\$ 254.980 em 31.12.2016) têm custo de captação com base na taxa Selic enquanto não aplicadas em operações de crédito e com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) após a liberação para os mutuários finais. Os recursos disponíveis, remunerados com base na taxa Selic, totalizam R\$ 29.024 (R\$ 28.279 em 31.12.2016).

A partir da edição da Resolução do Conselho Deliberativo do FAT (Codefat) nº 439, de 02.06.2005, estes recursos passaram a ser reembolsados ao FAT, mensalmente, com um valor mínimo equivalente a 2% calculados sobre o saldo total de cada Termo de Alocação de Depósitos Especiais do FAT (Tade), acrescidos das disponibilidades que se enquadrem nas condições a seguir, em termos de permanência no caixa do Banco:

- a partir de 2 meses com relação aos reembolsos dos beneficiários finais do crédito, não reaplicados em novos financiamentos; e

Notas Explicativas

- a partir de 3 meses relativamente aos novos depósitos efetuados pelo FAT e não liberados aos mutuários finais.

Especificação	Tade	Devolução de Recursos do FAT			31.03.2017		
		Forma ⁽¹⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	1.202	49	1.493	11.998	13.491
FAT – Infraestrutura ⁽⁴⁾	18/2006	RA	11.891	642	21.264	50.808	72.072
Protrabalho- Investimento	04/2007	RA	3.827	11	2.543	59.275	61.818
PNMPO	01/2010	RA	5.657	116	3.724	86.005	89.729
Total (Nota 13.b e Nota 28.a.1)			22.577	818	29.024	208.086	237.110

Especificação	Tade	Devolução de Recursos do FAT			31.12.2016		
		Forma ⁽¹⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	7.460	304	1.709	12.717	14.426
FAT – Infraestrutura ⁽⁴⁾	18/2006	RA	50.250	3.035	22.297	60.055	82.352
Protrabalho- Investimento	04/2007	RA	17.036	42	709	63.802	64.511
PNMPO	01/2010	RA	25.484	753	3.564	90.127	93.691
Total (Nota 13.b e Nota 28.a.1)			100.230	4.134	28.279	226.701	254.980

⁽¹⁾ RA – Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo);

⁽²⁾ Recursos remunerados pela Taxa Selic;

⁽³⁾ Recursos remunerados pela TJLP; e

⁽⁴⁾ Com relação ao FAT – Infraestrutura, o RA é de 1% sobre o saldo e os reembolsos dedutíveis referem-se aos últimos 4 meses.

NOTA 27 – Gerenciamento de Riscos e Índice de Basileia

a) Gestão de Riscos e Capital

Os instrumentos de governança corporativa do Banco incluem estrutura de controles internos com vistas à manutenção de um adequado acompanhamento de riscos operacionais, de crédito, de mercado e de liquidez. A metodologia de gerenciamento de riscos observa as orientações do Comitê de Basileia, buscando a identificação dos riscos existentes e potenciais nos diversos processos do Banco, a implementação e o acompanhamento de indicadores e de mecanismos de mitigação de riscos.

Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A política corporativa de gestão de riscos contempla orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos de crédito, operacionais, de mercado e de liquidez. O Comitê de Gestão de Riscos aprecia e encaminha, para deliberação da Diretoria Executiva, as propostas de criação e ajustes nas estratégias, políticas, modelos e procedimentos para gestão de riscos, ficando a cargo da Diretoria de Controle e Risco a coordenação da sua implementação e desempenho no Banco, por meio de unidade específica que gerencia, em nível corporativo, os riscos de crédito, operacionais, de mercado e de liquidez, definindo metodologias e modelos de gestão e promovendo a disseminação da cultura de gestão de riscos.

Maiores informações relativas ao gerenciamento de riscos, focadas em questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), conforme prescreve a Circular nº 3.678, de 31.10.2013, do Bacen, podem ser encontradas no portal www.bnb.gov.br link "Sobre o Banco".

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A Diretoria Executiva é responsável pela definição da estrutura de gerenciamento de capital do Banco, incluindo o Plano de Capital para o período de 2017 a 2019, que foi aprovado pelo Conselho de Administração em 30.11.2016. É da responsabilidade da Diretoria de Controle e Riscos, o gerenciamento de capital, tendo sido estruturada unidade administrativa específica para esse fim, conforme requerido pelo CMN, em sua Resolução nº 3.988, de 30.06.2011. As informações referentes à Estrutura de Gerenciamento de Capital podem ser consultadas no portal www.bnb.gov.br link "Sobre o Banco".

Notas Explicativas

b) Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte das obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Especificação	Exposição	
	31.03.2017	31.12.2016
Operações de concessão de crédito, coobrigações e Garantias Prestadas	32.054.547	32.994.183
Público	1.380.758	1.437.712
Privado	30.673.789	31.556.471
Comércio	3.841.941	3.940.690
Comércio Exterior	417.991	439.266
Habitação	170	170
Indústria	9.073.281	9.374.031
Infraestrutura	2.623.315	2.681.649
Microfinança Urbana	2.639.976	2.867.269
Pessoas Físicas	130.212	125.180
Rural	7.302.293	7.346.517
Outros Serviços	4.644.610	4.781.699
Operações de Mercado	34.452.355	31.830.474
Títulos Públicos Federais	31.463.370	28.744.042
Operações Compromissadas	10.364.466	11.184.789
Outras	21.098.904	17.559.253
Depósitos Interfinanceiros	152.365	150.350
Outros Títulos e Valores Mobiliários	1.856.650	1.923.756
Outras Operações	979.970	1.012.326
Demais Ativos	5.020.888	4.984.341
Total	71.527.790	69.808.998

O Banco utiliza-se do fluxo constante de informações para identificar, mensurar, controlar e mitigar o risco, de forma a assegurar a exposição ao risco de crédito em parâmetros aceitáveis. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas de crédito, modelos e metodologias de avaliação de risco, relatórios gerenciais, sistema de classificação de risco e de apuração de despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Além disso, qualquer deferimento de limite de risco segue o modelo de alçadas por colegiado. De acordo com suas características e valor, os limites poderão ser calculados de forma automática ou analisados e decididos nos comitês de avaliação de crédito das Agências ou nos comitês de deferimento de limite de risco das Centrais de Apoio Operacional, ou ainda, serem encaminhados para decisão pelo comitê de deferimento de limite de risco para cliente na Direção Geral pela Diretoria ou pelo Conselho de Administração.

Todas as operações de crédito são objeto de classificação de risco, mediante a composição da avaliação de risco do cliente com a pontuação de risco da operação de crédito, de acordo com as características de valor, prazo, natureza, finalidade e situação das garantias quanto a sua suficiência e liquidez.

Garantias de Operações de Crédito acima de R\$ 5.000 com Risco Total para o Banco

As garantias oferecidas para lastrear as operações de crédito são avaliadas em função de sua qualidade, grau de removibilidade e suficiência. Os saldos expostos a risco das operações de crédito com saldo acima de R\$ 5.000 importam em R\$ 4.601.004 (R\$ 4.716.104 em 31.12.2016). Essas operações estão lastreadas por garantias reais no montante de R\$ 5.363.665 (R\$ 5.425.536 em 31.12.2016).

c) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, bem como pela possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu volume ser maior que o normalmente transacionado pelo mercado ou em razão de alguma descontinuidade deste.

O Banco utiliza-se de modelos de projeções para estimar as variações de caixa e gerenciar sua capacidade de honrar os compromissos futuros, comunicando a situação de liquidez da empresa à administração por meio de relatórios diários.

O relatório diário de gestão dos riscos de mercado e de liquidez contempla, dentre outros elementos, o índice de liquidez do Banco, representado pela razão das disponibilidades sobre os compromissos previstos para os próximos 90 dias. As disponibilidades que integram a base de cálculo desse índice são compostas por reservas bancárias e pela parcela de alta liquidez dos depósitos interfinanceiros, das operações compromissadas e da carteira própria de títulos.

Notas Explicativas

Especificação		31.03.2017 (%)	31.12.2016 (%)
Índice de Liquidez	Na data-base	710,71	537,33
	Média dos últimos 12 meses	515,68	481,00
	Máximo dos últimos 12 meses	710,71	573,00
	Mínimo dos últimos 12 meses	398,42	344,26

d) Risco de Mercado

Risco de mercado é a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e/ou de elevação do valor econômico dos passivos, resultantes de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de *commodities*.

Na gestão dos riscos de mercado, o Banco adota metodologias e instrumentos validados pelo mercado, tais como:

- Value at Risk (VaR)* de operações ativas e passivas das carteiras de negociação e bancária, por fator de risco;
- mapa de exigência de capital, para cobertura dos riscos de mercado e liquidez;
- relatório de exposição cambial;
- análise de sensibilidade;
- testes de estresse;
- testes de aderência (*backtesting*); e
- relatórios de acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado.

Constitui atividade importante da gestão dos riscos de mercado a elaboração de relatórios gerenciais diários, trimestrais e anuais, destinados à administração e disponíveis aos órgãos reguladores e de controle. Referidos relatórios contêm, dentre outras, informações detalhadas e análises sobre os níveis de exposição das carteiras de negociação e bancária, níveis de exposição cambial e índices de liquidez.

Além desses relatórios, o monitoramento dos limites de exposição ao risco de mercado e de liquidez contempla um sistema de alerta, operacionalizado com o intuito de imprimir maior tempestividade às informações gerenciais necessárias à tomada de decisão pelas instâncias competentes, baseado nos procedimentos abaixo:

Limites de Exposição ao Risco	Procedimento de Controle
<ul style="list-style-type: none"> Carteira de Negociação: 1% do valor do Patrimônio de Referência Carteira Bancária: 5% do valor do Patrimônio de Referência 	Caso o nível de exposição seja superior a 80% do limite, a área de gestão de riscos emite alerta para área específica de realização das operações financeiras.

Análise de Sensibilidade

Atendendo à determinação constante na Instrução CVM nº 475, de 17.12.2008, realizou-se análise de sensibilidade, com vistas à identificação dos principais tipos de riscos capazes de gerar perdas ao Banco, considerando-se cenários alternativos para o comportamento dos diversos fatores de risco das operações que compõem as carteiras de Negociação e Bancária, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo:

Carteira/Fator de Risco	Tipo de Risco	Cenário 1 (Provável)		Cenário 2 (Variação de 25%)		Cenário 3 (Variação de 50%)	
		Saldo	Saldo	Saldo	Perda	Saldo	Perda
Carteira de Negociação							
Juros Prefixados	Aumento da taxa de juros	7.726.521	7.719.808	(6.712)	7.713.269	(13.252)	
Carteira Bancária							
Cupom de Dólar	Redução do cupom	(281.298)	(284.463)	(3.165)	(287.869)	(6.571)	
Cupom de Euro	Aumento do cupom	(6.942)	(6.943)	(1)	(6.943)	(1)	
Cupom de IGP	Aumento do cupom	1.031.208	985.404	(45.804)	943.218	(87.990)	
Cupom de IPCA	Redução do cupom	1.682.989	1.397.588	(285.401)	1.183.676	(499.313)	
Cupom de TJLP	Aumento do cupom	175.054	173.364	(1.690)	171.784	(3.270)	
Cupom de TR	Aumento do cupom	(1.847.646)	(1.872.906)	(25.260)	(1.891.480)	(43.834)	
Juros Prefixados	Aumento da taxa de Juros	3.538.780	3.463.710	(75.070)	3.402.672	(136.108)	

Notas Explicativas

Para efeito dos cálculos acima, no cenário 1, que configura a situação mais provável, foram considerados os saldos líquidos das carteiras, em valores marcados a mercado a partir de taxas coletadas na BM&FBovespa. Para a construção dos cenários 2 e 3, aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco mercado considerados, estimando-se novos saldos líquidos para as carteiras. As perdas constituem as diferenças entre os saldos do cenário 1 e os saldos dos cenários 2 e 3.

Também foi realizada análise de sensibilidade para as operações de *swap* e seus respectivos objetos de *hedge*, apresentada nos demonstrativos abaixo:

Natureza da Operação	Tipo de Risco	Instrumento Financeiro	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)	Cenário 3 (Variação de 50%)
Derivativos para Hedge	Aumento da taxa referencial BM&FBovespa DI x Dólar	Swap Dólar x DI	989.571	1.001.542	1.013.819
		Passivo em ME	(1.018.490)	(1.030.721)	(1.043.263)
		Exposição Líquida	(28.919)	(29.179)	(29.444)

Foram analisadas as perdas de valor de mercado na exposição líquida nos cenários 2 e 3 em relação ao cenário 1, decorrentes de um possível aumento estressado do cupom cambial nas operações em moeda estrangeira.

O método empregado na preparação da análise de sensibilidade das operações de *hedge* cambial e respectivos títulos consistiu em apurar os saldos das operações passivas indexadas ao dólar e das operações de *hedge* (operações de *swap*) expostas a este tipo de risco (cenário 1), apurando-se a exposição líquida. Sobre este resultado, foram aplicados os choques concernentes aos cenários 2 e 3, conforme detalhado abaixo:

Cenário 1 – consiste na situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as informações de mercado (BM&FBovespa). Neste cenário é aplicada 100% da taxa de *swap* DI x Dólar.

Cenário 2 – neste cenário, aplicou-se 125% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

Cenário 3 – neste cenário, aplicou-se 150% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

e) Risco Operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas, decorrentes de falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas, e sistemas, ou resultantes de eventos externos, incluindo os relacionados às questões legais.

A gestão do risco operacional é atividade permanente que exige o comprometimento e o envolvimento de todos os gestores, empregados e colaboradores, e tem como objetivo primordial mitigar a possibilidade e o impacto das perdas operacionais.

O sistema de gerenciamento de risco operacional corporativo visa dar suporte ao cumprimento da política corporativa, em observância aos princípios de governança, bem como atender à regulamentação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), seguindo o calendário estabelecido pela supervisão bancária.

O gerenciamento do risco operacional corporativo no Banco atua em uma visão de processos e é realizado por estrutura organizacional específica, concebida para oferecer suporte às atividades de avaliações de riscos nos processos de suporte e de negócios da Instituição, tendo como referência maior as Resoluções do Banco Central. Sob o enfoque qualitativo, são utilizadas metodologias de avaliação de riscos em processos, acompanhamento de ações de mitigação e relatórios gerenciais. Outra metodologia utilizada é a de autoavaliação de riscos e de controles em processos – *Risk and Control Self Assessment (RCSA)* –, que permite simular os riscos inerentes a atividades e procedimentos, bem como definir o seu impacto. Além disso, permite a construção de Matriz de Riscos e definição de indicadores, com o intuito de obter visão ampliada dos riscos em processos e aprimoramento do seu gerenciamento.

Notas Explicativas

f) Exposição Cambial

As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial apresentaram o saldo líquido de exposição cambial vendida, no importe de R\$ 47.541(R\$ 25.470 em 31.12.2016 – posição vendida), conforme a seguir:

Especificação	31.03.2017	31.12.2016	Especificação	31.03.2017	31.12.2016
Disponibilidades	40.529	56.911	Depósitos	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	-	Relações Interdependências	5.849	7.170
Operações de Crédito	667.774	734.445	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do País	71.559	76.062
Outros Créditos	659.253	672.061	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do Exterior	1.706.248	1.760.411
			Outras Obrigações	612.831	640.391
Total de Ativos em Moedas Estrangeiras, exclusive Derivativos	1.367.556	1.463.417	Total de Passivos em Moedas Estrangeiras	2.396.487	2.484.034
Operações de Swap	981.390	995.147			
Total de Exposição Ativa em Moedas Estrangeiras	2.348.946	2.458.564	Total de Exposição Passiva em Moedas Estrangeiras	2.396.487	2.484.034

A exposição cambial é mantida abaixo dos limites estabelecidos na Política Corporativa de Gestão de Riscos, (5% do Patrimônio de Referência).

g) Limites Operacionais – Acordo de Basileia

Em 31.03.2017, o Banco apresentou um índice de Basileia Amplo (incluindo o capital para cobertura do RBAN) de 14,96% (15,00% em 31.12.2016) e os índices de Nível I e de Capital Principal ficaram, ambos, em 10,63% (10,80% em 31.12.2016). O PR apurado foi de R\$ 6.123.101 (R\$ 6.099.931 em 31.12.2016), o Nível I e o Capital Principal apresentaram o mesmo valor de R\$ 4.075.830 (R\$ 4.109.061 em 31.12.2016), enquanto os ativos ponderados pelo risco (montante RWA) totalizaram R\$ 38.346.473 (R\$ 38.048.564 em 31.12.2016).

i. Requerimentos Mínimos de Capital (Basileia III)

Especificação	31.03.2017	31.12.2016
Patrimônio de Referência (PR)	6.123.101	6.099.931
. Nível I	4.075.830	4.109.061
. Capital Principal	4.075.830	4.109.061
. Nível II	2.047.271	1.990.870
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	38.346.473	38.048.564
. Parcela RWACPAD	29.898.298	30.634.885
. Parcela RWACAM	320.152	257.977
. Parcela RWAJUR	109.708	57.155
. Parcela RWACOM	6.216	5.843
. Parcela RWAOPAD	8.012.099	7.092.704
Valor do RBAN	2.584.694	2.624.533
Margem sobre o PR Requerido (PR – [RWA * 9,25%])¹	2.576.052	2.342.635
Margem sobre o PR Requerido Considerando o RBAN {PR – ([RWA + RBAN] * 9,25%)⁽¹⁾	2.336.968	2.083.462
Margem sobre o PR Nível I Requerido (PR Nível I - RWA * 6%)	1.775.041	1.826.147
Margem sobre o Capital Principal Requerido (Capital Principal - RWA * 4,5%)	2.350.238	2.396.875
Adicional de Capital Requerido-ACP (RWA * 1,25%)⁽²⁾	479.331	237.804
Margem sobre o Adicional de Capital Requerido (menor entre as margens - ACP Requerido)	1.295.710	1.588.343
Índices de Basileia:		
. Índice de Capital Principal (Requerimento mínimo de 4,5%)	10,63%	10,80%
. Índice de Nível I (Requerimento mínimo de 6,0%)	10,63%	10,80%
. Índice de Basileia (Requerimento mínimo de 9,25%) ⁽¹⁾	15,97%	16,03%
. Índice de Basileia incluindo RBAN	14,96%	15,00%

⁽¹⁾ em dezembro/2016 era 9,875%.

⁽²⁾ em dezembro/2016 era 0,625%.

Notas Explicativas

Onde:

- . RWACPAD: parcela relativa às exposições a risco de crédito.
- . RWACAM: parcela relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial.
- . RWAJUR: parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros.
- . RWACOM: parcela relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias.
- . RWAOPAD: parcela referente ao risco operacional.
- . RBAN: capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação

ii. Detalhamento do PR – (Basileia III)

Especificação	31.03.2017	31.12.2016
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	6.123.101	6.099.931
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I	4.075.830	4.109.061
Capital Principal	4.075.830	4.109.061
Capital Social	2.844.000	2.844.000
Reservas de Lucros	1.157.951	1.157.951
Reservas de Capital e de Reavaliação	13.359	14.491
Sobras ou Lucros Acumulados	4.437	-
Contas de Resultado Credoras	2.869.567	-
Contas de Resultado Devedoras	(2.887.327)	-
Ganhos ou Perdas Não Realizadas – Avaliação Patrimonial e TVM	(571.194)	(653.947)
Instrumento de Dívida Elegível a Capital Principal	1.000.000	1.000.000
Ajustes Prudenciais	(354.963)	(253.434)
Ajuste Prudencial – Ativos Intangíveis	(9.525)	(7.144)
Ajuste Prudencial – Ativos Diferidos	-	-
Ajuste Prudencial – Créditos Tributários de Diferenças Temporárias	(307.389)	(235.335)
Ajuste Prudencial – Diferença a Menor – Ajustes da Res. CMN nº 4.277	(38.049)	(10.955)
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II	2.047.271	1.990.870
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	2.068.301	2.012.874
Investimento em Outras Entidades, deduzido do Nível II	(21.030)	(22.004)

Os contratos de Dívida Subordinada firmados junto ao FNE, autorizados a compor o Nível II do PR, antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 01.03.2013, do CMN, de acordo com o § 2º do seu artigo 23, serão elegíveis até sua amortização.

Em 21.12.2016, o Bacen autorizou a inclusão no Patrimônio de Referência (PR) de Nível I, do Banco, na condição de Capital Principal, o contrato de novação e confissão de dívida firmado junto à União Federal, denominado Instrumento de Dívida Elegível a Capital Principal, que substituiu o contrato de Instrumento Híbrido de Capital e Dívida, que estava registrado no Nível II do PR até 31.12.2015.

iii. Razão de Alavancagem (RA)

O Bacen publicou, em 27.02.2015, a Circular nº 3.748, com vigência a partir da data-base de outubro de 2015, descrevendo a metodologia de apuração da Razão de Alavancagem (RA). O referido cálculo é o resultado da divisão do PR de Nível I, apurado de acordo com a Resolução nº 4.192, de 01.03.2013, do CMN, pela Exposição Total conforme definido no inciso II do artigo 2º da citada Circular. Na posição de 31.12.2016, a Razão de Alavancagem do Banco ficou em 6,03% (4,25% em 31.12.2015), conforme quadro abaixo:

Especificação	31.03.2017	31.12.2016
Patrimônio de Referência Nível I	4.075.830	4.109.061
Exposição Total para Razão de Alavancagem	69.825.304	68.182.830
Razão de Alavancagem (%)	5,84	6,03

iv. Índice de Imobilização

A Resolução CMN nº 2.669, de 25.11.1999, estabeleceu o limite de 50% do PR ajustado, a partir de dezembro de 2002, para o índice de imobilização. O índice de imobilização do Banco encontra-se conforme demonstrado a seguir:

Especificação	31.03.2017	31.12.2016
Patrimônio de Referência para o Limite de Imobilização	6.123.100	6.099.931
Limite para Imobilização (50% do PR ajustado)	3.061.550	3.049.965
Situação	203.841	207.424
Margem	2.857.709	2.842.541
Índice de imobilização	3,33%	3,40%

Notas Explicativas

NOTA 28 – Partes Relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

a.1) As principais transações com empresas públicas, autarquias, programas e fundos sob controle do Governo Federal, apresentam a seguinte composição:

Especificação	31.03.2017	31.12.2016
Ativos		
Operações de Crédito – Refinanciamentos com o Governo Federal (Nota 9.a.1)	566.969	552.221
Total	566.969	552.221

Especificação	31.03.2017	31.12.2016
Passivos		
Depósitos a Prazo - FAT (Nota 13.b e Nota 26)	237.110	254.980
Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais (Nota 14.c)	1.648.739	1.669.248
Tesouro Nacional	456	451
BNDES	1.538.034	1.552.591
Finame	110.249	116.206
Outras Obrigações	22.494.828	20.553.676
FNE (Nota 16.f)	18.560.049	16.674.513
FDNE	761.902	758.798
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	104.576	107.491
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 16g e Nota 17)	1.000.000	1.000.000
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 16.h e Nota 18)	2.068.301	2.012.874
Total	24.380.677	22.477.904

a.2) As principais transações com as entidades vinculadas aos funcionários do Banco, Capef e Camed, apresentam a seguinte composição:

Especificação	31.03.2017	31.12.2016
Passivos		
Benefícios Pós-Emprego – Capef Plano BD (Notas 16.i e 24.b)	356.045	363.118
Benefícios Pós-Emprego – Camed Plano Natural (Notas 16.i e 24.b)	819.738	807.550
Benefícios Pós-Emprego – Seguro de Vida (Notas 16.i e 24.b)	118.316	116.899
Total	1.294.099	1.287.567

a.3) As principais receitas e despesas com partes relacionadas estão relacionadas abaixo:

Especificação	31.03.2017	31.03.2016
Operações de Crédito – Refinanciamentos com o Governo Federal	18.951	27.406
Depósitos a Prazo - FAT	(19.886)	(22.585)
Tesouro Nacional	(5)	(10)
BNDES	(34.572)	(41.789)
Finame	(1.117)	(1.608)
FMM	(2.115)	(1.030)
FNE	(35.856)	56.891
FDNE	6.777	6.777
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	-	(38.531)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	(19.688)
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	(42.394)	(36.932)
Benefícios Pós-Emprego – Capef Plano BD	(12.314)	(9.938)
Benefícios Pós-Emprego – CVI	(11.899)	(10.848)
Benefícios Pós-Emprego – Camed Plano Natural	(23.140)	(25.032)
Benefícios Pós-Emprego – Seguro de Vida	(2.577)	(1.208)

Notas Explicativas

b) Remuneração da Administração

A remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal está demonstrada a seguir:

Especificação	01.01 a 31.03.2017	01.01 a 31.03.2016
Honorários	1.015	959
Diretoria	874	831
Conselho de Administração	77	64
Conselho Fiscal	64	64
Outros	491	356
Remuneração Variável Anual (RVA) - exclusiva para diretores (*)	1.614	1.839
Total dos Benefícios de Curto Prazo	1.506	1.315
Benefícios Pós-Emprego	54	58
Total	4.680	4.527

(*) 50% da RVA correspondem a instrumento baseado em ações, tendo como parâmetro para a provisão e para o pagamento em dinheiro o preço de cotação das ações do Banco na Bovespa. Os valores constantes do quadro acima correspondem à provisão dos pagamentos a ocorrerem no exercício, bem como às parcelas diferidas a serem liquidadas nos três anos seguintes, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921, de 25.11.2010.

O Banco oferta aos diretores, como benefícios pós-emprego, Plano de Previdência e de Assistência Médica, nas mesmas condições oferecidas aos empregados.

O Banco não realiza operações de crédito com seus Diretores, membros de seu Conselho de Administração e Conselho Fiscal, pois a prática é proibida às instituições financeiras regulamentadas pelo Bacen.

NOTA 29 – Demonstração do Resultado Abrangente

Especificação	01.01 a 31.03.2017	01.01 a 31.03.2016
Lucro (Prejuízo) Líquido	(17.760)	77.808
Outros Resultados Abrangentes	83.884	67.922
Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	138.399	113.588
Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	(54.889)	(45.688)
Realização da Reserva de Reavaliação	1.991	969
Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	(859)	(436)
Ganhos ou Perdas Atuariais	(758)	(511)
Resultado Abrangente	66.124	145.730

NOTA 30 - Outras Informações

a) Garantias Prestadas

As coobrigações e riscos em garantias prestadas pelo Banco apresentam a seguinte composição:

Especificação	31.03.2017	31.12.2016
Créditos Abertos para Importação	6.906	1.822
Garantias Financeiras Prestadas	21.066.287	21.050.778
Vinculadas ao Comércio Internacional de Mercadorias	1.780	699
Outras Fianças Bancárias	450	-
Outras Garantias Financeiras Prestadas		
- FNE	20.942.371	20.930.819
- FDNE	121.686	119.260
Coobrigações em Cessões de Crédito	18.000	18.171
Total	21.091.193	21.070.771

b) Declaração de Conformidade

Confirmamos que todas as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão do Banco.

c) Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Diretoria, por meio de reunião realizada em 25 de abril de 2017.

Fortaleza (Ce), 25 de abril de 2017

A Diretoria

OBS.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Ao

Conselho de Administração, Acionistas e Administradores do

Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Outros assuntos

Demonstração intermediária do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração intermediária do valor adicionado - DVA, referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, preparadas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de maio de 2017.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Eduardo Wellichen

Contador CRC- 1SP184050/O-6